

# AÇÕES E CONQUISTAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

CONTRIBUIÇÃO  
SINDICAL  
RURAL  
**2017**



Compromisso com o Brasil

# CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA

## DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2014-2017

### Presidente

João Martins da Silva Junior

### Vice-Presidente Executivo

Roberto Simões (MG)

### Vice-Presidente de Finanças

Eduardo Corrêa Riedel (MS)

### Vice-Presidente de Secretaria

José Zeferino Pedrozo (SC)

### Vice-Presidente Diretor

José Mário Schreiner (GO)

### Vice-Presidente Diretor

Júlio da Silva Rocha Júnior (ES)

### Vice-Presidente Diretor

Carlos Rivaci Sperotto (RS)

### Vice-Presidente Diretor

Assuero Doca Veronez (AC)

### Vice-Presidente Diretor

Mário Antônio Pereira Borba (PB)

## CONSELHO FISCAL

### Titulares

Álvaro Arthur Lopes de Almeida

Renato Simplício Lopes

Raimundo Coelho de Souza

### Suplentes

José Álvares Vieira

Luiz Iraçú Guimarães Colares

Eduardo Silveira Sobral (*In memoriam*)

## EXPEDIENTE

### Departamento de Arrecadação e Cadastro – CNA

Eliane Vilela Brosowski

### Departamento de Administração e Finanças – SENAR

Rosanne Curi Zarattini

## FOTOS

Banco de Imagens CNA

Shutterstock

## PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

tda brasil

## SUMÁRIO

1.	NÚCLEO ECONÔMICO	4
2.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	8
3.	POLÍTICA AGRÍCOLA	14
4.	CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS	18
5.	CAFÉ	22
6.	CANA-DE-AÇÚCAR	26
7.	FRUTICULTURA	30
8.	HORTALIÇAS E FLORES	34
9.	SILVICULTURA	38
10.	BOVINOCULTURA DE CORTE	42
11.	BOVINOCULTURA DE LEITE	46
12.	AVES E SUÍNOS	50
13.	AQUICULTURA E PESCA	54
14.	OVINOS E CAPRINOS	58
15.	MEIO AMBIENTE	62
16.	EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS	66
17.	ASSUNTOS DO NORDESTE	70
18.	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	74
19.	LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA	78
20.	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	82
21.	FACULDADE CNA	86
22.	CANAL DO PRODUTOR TV	90
23.	SENAR – EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	94
24.	INSTITUTO CNA	102
25.	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL CNA 2017	114
26.	CONTRIBUIÇÃO SENAR 2017	134



Amigo produtor,

Apesar das dificuldades provocadas pela crise econômica e pelos fatores climáticos, o trabalho da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – se faz necessário e tem resultado em ações e conquistas importantes para a agropecuária nacional. Contribuímos para a mudança constitucional do governo e, na sequência, apresentamos ao presidente Michel Temer um conjunto de propostas para que o Brasil volte a crescer.

Nos últimos meses, outras vitórias importantes para o produtor rural merecem destaque:

- Prorrogação para 31 de dezembro de 2017 do prazo de adesão ao CAR, o Cadastro Ambiental Rural, permitindo que todos os produtores se adaptem às normas do novo Código Florestal Brasileiro.
- Liquidação e renegociação das dívidas dos produtores das regiões Norte (Matopiba) e de municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- Liquidação e renegociação das dívidas dos produtores da região Nordeste contraídas até dezembro de 2011.
- Aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Contratos de Integração Agroindustrial, que regulamenta a relação entre o produtor rural e agroindústria.
- Abertura do mercado norte-americano para a carne bovina brasileira *in natura*, vencendo as barreiras sanitárias e ampliando as oportunidades de exportação.
- Consolidação do Canal do Produtor TV, uma emissora digital que leva informação, educação e assistência diretamente ao homem do campo (veja anúncio no verso).
- Criação do Observatório da Criminalidade no Campo, como forma de alertar as autoridades para o problema da segurança nas áreas rurais.
- Criação do Conselho do Agro, com a participação de 14 entidades do setor, para defender em conjunto e de forma articulada os interesses do produtor.
- Lançamento da Plataforma de Qualidade – Carne Bonificada, que vai garantir maior rentabilidade para o pecuarista.

Agora em 2017, a CNA seguirá cumprindo o seu papel de defender os interesses dos produtores rurais em todos os níveis de poder e representação. Defendemos a modernização da Política Agrícola por meio de uma Lei Agrícola Plurianual que respeite as peculiaridades regionais (por ex., do Nordeste e da Amazônia) e reduza os riscos do produtor. Precisamos também melhorar o desempenho de algumas áreas que prejudicam a nossa competitividade, como transporte, logística, tributação e legislação trabalhista.

Como se vê, integrar o Sistema CNA é fazer parte de uma família que trabalha sério para semear propostas, cultivar resultados e colher conquistas para o Brasil.

Conte sempre com a gente!

João Martins da Silva Junior

**Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**

# ASSUNTOS ECONÔMICOS

1

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## 1. Projeto Campo Futuro

O Projeto Campo Futuro é realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em parceria com instituições de pesquisa e alia a capacitação do produtor rural à geração de informação para administração de riscos e de custos na propriedade rural.

Com o intuito de gerar informações que servem de subsídios para elaboração de políticas públicas e setoriais, foram realizados, em 2016, 147 painéis para levantamento de dados técnico-econômicos, sendo 9 de aquicultura, 3 de aves, 13 de café, 15 de cana-de-açúcar, 10 de fruticultura, 32 de grãos, 6 de hortaliças, 8 de ovinos, 27 de pecuária de corte, 17 de pecuária de leite, 4 de silvicultura e 3 de suínos.

Além dos painéis de levantamento de dados, são feitas atualizações mensais dos coeficientes técnicos e econômicos das culturas citadas, sempre com o objetivo de avaliar o comportamento dos preços dos insumos e dos produtos comercializados. Essas análises geram publicações – **Ativos do Campo** – que auxiliam os produtores na gestão da atividade rural. Ao longo de 2016, 40 boletins foram publicados.

Foram realizados nove seminários regionais, denominados **Dias de Mercado**. Pelo segundo ano consecutivo, o seminário de pecuária de corte foi realizado em Rio Branco/AC, grãos foram realizados dois eventos, um em Dourados/MS e outro em Goioerê/PR, de aquicultura em Ariquemes/RO, café, em Linhares/ES, cana-de-açúcar em Ribeirão Preto/SP, pecuária de leite em Nossa Senhora da Glória/SE, maçã em Fraiburgo/SC e silvicultura em Goiânia/GO. Ao todo, mil produtores rurais participaram dos eventos.

Os eventos contaram com análises técnicas e econômicas das culturas nessas regiões, buscando sanar algumas dificuldades enfrentadas pelos produtores. Com a realização dos Dias de Mercado, o projeto fecha o ciclo da geração de informação, o levantamento das necessidades técnicas e econômicas e a capacitação dos produtores.

O projeto contou ainda com um Seminário Nacional, realizado em Brasília, com a presença das instituições técnicas parceiras do projeto, em que foram discutidos os custos levantados em todo o país, de todas as culturas. Para finalizar, publicou-se o livro: **Campo Futuro - resultados dos levantamentos dos custos de produção em 2016**, o qual foi encaminhado aos produtores que participaram do projeto ao longo deste ano e aos presentes no Seminário Nacional do projeto.

## 2. Publicação do PIB do agronegócio e do VBP da agropecuária, além do Boletim Macroeconômico mensal

O Núcleo Econômico divulga, mensalmente, as projeções do valor bruto da produção (VBP) agropecuária e produto interno bruto (PIB) do agronegócio, que mostram a evolução da rentabilidade e a geração de renda proporcionada pelas atividades ligadas ao agronegócio. As publicações permitem que os produtores acompanhem o desenvolvimento das culturas ao longo do ano e antevejam as possíveis adversidades conjunturais e econômicas.

O Boletim Macroeconômico mensal é uma publicação que compila as principais variáveis econômicas que influenciam a economia brasileira e também o setor agropecuário. Nessa publicação é destacado, por exemplo, como anda a confiança dos produtores rurais em relação ao seu negócio e quais os fatos políticos que mais influenciarão na economia para os próximos períodos.

## 3. Estudos realizados

- a. **Fronteira Norte** – dinâmica de preços dos insumos para a agropecuária e sugestão de políticas públicas. Com o objetivo de abrandar os efeitos do isolamento do Norte, que resulta tanto de questões espaciais quanto da logística insuficiente para induzir o desenvolvimento da região, sobre os custos do produtor agropecuário, o estudo identificou rotas viáveis para o suprimento de insumos às praças-alvo, incluindo rotas que possam ser desenvolvidas ou melhoradas. Outro conjunto de medidas favoráveis às atividades agropecuárias na região foram a isenção e homogeneização tributária, além, é claro, de proposta de políticas públicas, como o leilão de compras e também os chamados “prêmio frete”. O resultado do estudo e a implementação por parte do Governo Federal irá se traduzir em aumento de renda, maior geração de empregos e barateamento do custo de alimentos, e consecutiva redução da pobreza nas áreas rurais e urbanas. E finalmente o aumento do PIB da região, que levará a uma maior arrecadação tributária, que poderá expandir os investimentos para melhorar, cada vez mais, as condições de vida da sociedade e também do setor agropecuário.
- b. **Concentração no mercado de fertilizantes e insumos** – o estudo apresentou os principais dados relativos aos mercados de sementes, fertilizantes e defensivos no Brasil, contendo as séries históricas dos preços desses insumos, sua evolução no tempo e sua relação com os preços no mercado internacional. Também são apresentados dados relativos ao tamanho desses mercados, à sua evolução e à composição da oferta no mercado interno, destacando a importância das importações e dos principais fornecedores. O estudo está subsidiando as discussões acerca da recente onda de fusões e aquisições de empresas do agro e o consecutivo impacto na queda da rentabilidade dos produtores rurais, por conta

do aumento nos custos destes insumos. O estudo irá embasar propostas para a construção de um mercado de insumos mais justo, com impactos nos segmentos da agropecuária.

- c. Mão de obra no agronegócio** – o agronegócio brasileiro tem sido marcado por profundas transformações organizacionais e produtivas. O êxodo rural e as mudanças nas relações de trabalho e nas leis trabalhistas estão na origem desse processo. Somam-se a isso os desafios associados ao crescimento da população brasileira – que alcançou os atuais 206 milhões de habitantes - e à postura protagonista assumida pelo país como fornecedor mundial de alimentos. Além dos desafios expostos ao setor, a discussão da Reforma Previdenciária, apresentada pelo governo federal, obrigou um posicionamento do setor. Diante dessa demanda, foi elaborado estudo técnico da mão de obra no agronegócio para subsidiar as discussões sobre como a proposta da reforma impactaria o setor, os produtores rurais e também os trabalhadores.
- d. Perfil tributário dos produtores rurais** – as recorrentes discussões parlamentares sobre a necessidade de obrigar os produtores rurais a se tornarem pessoas jurídicas tem impacto direto na rentabilidade, forma de organização, controle e fiscalização dos produtores rurais. Diante dos impactos que essa obrigatoriedade oferece aos produtores rurais, foi realizado estudo analisando o impacto financeiro e organizacional que tal medida acarretaria. As análises foram realizadas para diferentes atividades agropecuárias com três níveis de faturamento. Em todas as situações, o produtor rural irá sofrer um aumento tributário muito significativo, aumento nos custos indiretos com contratação de profissional e profundo impacto no seu fluxo de caixa. O estudo embasou o Sistema CNA na discussão técnica e parlamentar. □



# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## 1. Representação e Defesa de Interesses

**Lançamento da Rede Agropecuária de Comércio Exterior (InterAgro)** – em agosto de 2016, foi realizado o lançamento da InterAgro e o primeiro Seminário da Rede. A InterAgro é um projeto desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para apoiar as Federações de Agricultura sobre os temas de Comércio Exterior.

**Negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia** – as negociações do acordo foram retomadas em 2016. A equipe da Superintendência intermediou o contato entre as associações setoriais e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para aprimorar a oferta sob a perspectiva brasileira. Foram cerca de 30 reuniões com as associações setoriais para garantir que a definição da estratégia de negociação do acordo considerasse os interesses específicos de cada setor.

**Documento de Posição quanto à atuação da COPA COGECA em relação à pecuária brasileira** – desde a retomada das negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul – União Europeia, a Organização dos Agricultores Europeus e Associação das Cooperativas Agrícolas Europeias (Copa-Cogeca) passaram a promover uma campanha de desinformação contra a agropecuária brasileira, a fim de dificultar o andamento das negociações. Sendo assim, a equipe da SRI elaborou e distribuiu documento de posição da CNA repudiando a atuação da instituição e solicitando apoio das autoridades europeias para impedir esse tipo de campanha.

**Documento de Posição para as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC)** – a SRI elaborou e enviou ao governo brasileiro a posição defendida pela CNA para as negociações que irão anteceder a 11ª Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) a ser realizada em 2017. As negociações, no âmbito da OMC, são imprescindíveis à competitividade do setor agropecuário e à promoção de um comércio agrícola mais justo e mais equilibrado.

**Encontros com autoridades brasileiras e estrangeiras** – ao longo de 2016, a Superintendência organizou e participou de 10 reuniões com autoridades do governo brasileiro e estrangeiro, além de representantes de delegações estrangeiras no Brasil.

## 2. Estudos e informativos

**Estudo “Impactos da Parceria Transpacífico na Agropecuária Brasileira”** – a equipe da SRI dividiu-se para analisar os 15 capítulos do Acordo de Parceria Transpacífico (TPP), que tem maior impacto sobre o comércio agropecuário global, além de fazer uma análise detalhada da proposta de liberalização tarifária prevista no acordo. A TPP consiste em um avanço na discussão de acordos comerciais. As medidas voltadas à criação de um ambiente mais favorável previstas no Acordo são um marco para a regulamentação do comércio internacional. O estudo publicado pela CNA traz uma análise minuciosa, que encontra poucos equivalentes no cenário atual brasileiro. Após a decisão do presidente norte americano, Donald Trump, de deixar o Acordo, a equipe da SRI foi convidada a apresentar suas conclusões sobre o estudo à Band e à CBN, aos jornais *Valor Econômico* e *Estadão* e no *Diário do Sudoeste*.

**Estudos sobre picos e escaladas tarifárias** – foram elaborados em 2016 os estudos Escaladas Tarifárias da China, Picos Tarifários do Japão e Escaladas Tarifárias do Japão. Os estudos de Picos e Escaladas Tarifárias apontam os setores mais protegidos pelos parceiros comerciais analisados, o que pode representar uma barreira ao comércio.

**Boletins informativos** – ao todo foram elaboradas 23 edições dos boletins informativos produzidos pela SRI. O Boletim do Agronegócio Internacional traz informações sobre o comércio internacional, os boletins China e Europa trazem informações específicas sobre esses mercados e o Agro Brazil informações sobre o Sistema CNA em inglês.

## 3. Eventos e Missões

**Diplomatas no Campo** – a SRI desenvolveu projeto de cooperação com o Instituto Rio Branco, para incluir visitas técnicas a propriedades rurais na grade curricular do curso de formação de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O objetivo do programa Diplomatas do Campo é divulgar os posicionamentos da CNA em temas recorrentes nas negociações internacionais e difundir conhecimento sobre a realidade do produtor rural.

**Seminário sobre o Sistema Geral de Preferências (SGP) e o Miscellaneous Tariff Bill (MTB) dos Estados Unidos** – os dois mecanismos de redução ou suspensão tarifária oferecidos pelo governo norte-americano beneficiam alguns produtos exportados pelo Brasil, mas possuem pouca adesão dos empresários brasileiros. O seminário compartilhou informações estratégicas com sete entidades de representantes do setor agropecuário, que atenderam ao evento, e mais duas Federações de agricultura, conectadas através da rede mundial de computadores.

**Diálogo Agrícola Brasil–Estados Unidos** – em sua 2ª edição, o evento organizado pela CNA e pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), teve como tema “O Futuro da Agricultura: Cultivando com Inteligência”. O evento debateu questões estratégicas, como tecnologia, *Big Data*, mudanças climáticas, segurança do alimento e dos recursos naturais e ambientais.

**Missão de Defesa de Interesses a Bruxelas** – anualmente a SRI organiza uma missão à capital da União Europeia (UE) para defender os interesses do setor agropecuário brasileiro. Temas, como a definição de novos critérios europeus para regulamentação de desreguladores endócrinos e a aprovação do uso de glifosato, preocupam a CNA, pois podem se converter em uma barreira não tarifária ao comércio. Além disso, a missão coincidiu com o encontro do Comitê de Negociações Birregionais do Acordo Mercosul – União Europeia, que marcou a primeira rodada de negociações após a troca de ofertas. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Lançamento da Rede Agropecuária de Comércio Exterior (InterAgro)

Preparação das federações da agricultura para identificar oportunidades e enfrentar os desafios propostos pelo comércio internacional. Posteriormente a rede se converterá em um espaço adequado dentro do Sistema CNA para discutir o comércio exterior.

Acompanhamento das negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia

Participação no processo de definição da estratégia de negociação do acordo pelo governo brasileiro.

Elaboração de documento de posição quanto à atuação da COPA COGECA em relação à pecuária brasileira

Combate à desinformação acerca do sistema produtivo da pecuária brasileira no mercado europeu. O posicionamento da CNA recebeu apoio positivo do Mapa e das associações setoriais do agronegócio, bem como subsidiou a elaboração de três matérias que saíram na mídia especializada em Bruxelas.

Elaboração de documento de posição para as negociações na Organização Mundial do Comércio – OMC

Subsídio ao governo brasileiro e participação na definição de estratégia para as negociações no âmbito multilateral de comércio. A CNA entende que o Brasil tem um importante papel nessas negociações e precisa retomar a liderança das discussões.

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Recepção de 10 delegações oficiais estrangeiras

Aproximação e alinhamento de interesses com oficiais estrangeiros. Facilitação de resolução de pendências comerciais, assim como promoção de projetos de cooperação.

Elaboração do estudo “Impactos da Parceria Transpacífico na Agropecuária Brasileira”

Maior entendimento das tendências atuais de regulamentação do comércio internacional de produtos agrícolas. A análise realizada pela Superintendência de Relações Internacionais da Parceria Transpacífico na agropecuária brasileira demonstrou a importância e urgência de ações para promover a competitividade brasileira, no âmbito bilateral ou multilateral, e evitar que a criação de novas regras para o comércio internacional sejam utilizadas como barreiras para os produtos agropecuários brasileiros.

Estudos sobre Picos e Escaladas Tarifárias

Mapeamento das barreiras ao comércio internacional e subsídio às negociações entre o Brasil e os países analisados.

Elaboração de 26 boletins informativos

Levar ao produtor rural e aos outros atores do setor agropecuário informações sobre temas relacionados ao mercado internacional, que afetem seu dia a dia.

Realização do Programa Diplomatas no Campo com os alunos do Instituto Rio Branco

Levar maior conhecimento aos futuros diplomatas sobre o sistema produtivo brasileiro para capacitá-los a promover a imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

Realização do Seminário sobre o Sistema Geral de Preferências (SGP) e o Miscellaneous Tariff Bill (MTB) dos Estados Unidos

Apresentar ao produtor rural as oportunidades oferecidas por esses mecanismos como meio de ampliar o acesso ao mercado americano de produtos agrícolas brasileiros.

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Realização de seminário  
Diálogo Agrícola Brasil-  
Estados Unidos

O evento reuniu cerca de 250 pessoas, entre representantes do agronegócio e do governo, que acompanharam os debates sobre o futuro da agropecuária.

Missão de Defesa de  
Interesses a Bruxelas

A presença da CNA em Bruxelas, bem como a reunião com autoridades europeias reforça os interesses dos produtores brasileiros perante aquele mercado e influencia o processo de tomada de decisões.

Monitoramento permanente  
dos entraves a produtos  
brasileiros nos principais  
mercados de destino das  
exportações brasileiras

Identificação rápida de barreiras não tarifárias aos produtos do setor, proporcionando maior agilidade na solução de entraves.

# POLÍTICA AGRÍCOLA

3

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA

### **1. Elaboração da proposta do Sistema CNA para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**

Para elaboração e consolidação da proposta do Sistema CNA para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, foram realizados seis *workshops* regionais, ao longo do mês de março de 2016, em seis polos de produção agropecuária, nas cinco regiões brasileiras. Entre as demandas do setor agropecuário levantadas nas regiões, foram definidas como prioridades a ampliação do volume de recursos para custeio, compatível com o aumento dos custos de produção, a redução da taxa de juros dos financiamentos de custeio e medidas de incentivo aos programas de investimento para construção e ampliação de armazéns (PCA), irrigação (Moderinfra) e práticas conservacionistas de solo e recuperação de áreas degradadas (Programa ABC).

Além disso, foram sugeridas alterações nos percentuais de subvenção por cultura e foi proposto um cronograma de disponibilização de recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural compatível com o calendário agrícola. Pleitearam-se condições diferenciadas de crédito para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), especialmente o Semiárido, e a revisão do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), atendendo a todas as Unidades Federativas e com a inclusão de produtos agropecuários em alguns estados.

### **2. Fóruns Nacionais “O Futuro do Seguro Rural no Brasil”**

Como parte da agenda estratégica da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA em 2016, foram realizados dois fóruns nacionais denominados “O Futuro do Seguro Rural no Brasil”. O primeiro foi realizado em Curitiba e o segundo, em Fortaleza. Esses eventos regionais tiveram como objetivos discutir as dificuldades e os desafios da política de seguro rural no âmbito do governo federal e dos governos estaduais, disseminar conhecimento sobre o mercado e o funcionamento das diferentes modalidades de seguro rural e propor encaminhamentos para o desenvolvimento desse mercado no Brasil.

Como orientações para a evolução da política de seguro rural e do mercado de seguros rurais no país, destacam-se: (a) a necessidade de previsibilidade orçamentária e de regras para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural; (b) a necessidade de



sensibilizar a área econômica do governo sobre a importância da política de seguro e seus impactos sobre a renegociação de dívidas; (c) o reconhecimento do seguro como instrumento de garantia nas operações de crédito rural; e (d) a necessidade de capacitar mais produtores e agentes do mercado sobre os aspectos operacionais do seguro, por meio de capacitações e eventos de divulgação dos produtos de seguro.

### 3. Lançamento do Guia de Seguros Rurais e Proagro

Visando disseminar os conceitos de seguro rural e Proagro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e o Sistema Ocepar lançaram, durante o Fórum Nacional de Seguro Rural,<sup>v</sup> realizado em Curitiba, o Guia de Seguros Rurais e Proagro. O Guia apresenta conceitos básicos, fundamentos e informações sobre o funcionamento de cada modalidade de seguro, com o propósito de ampliar o conhecimento de produtores rurais e demais agentes de interesse do setor agropecuário. Trata, ainda, sobre as regras e o funcionamento do Proagro. □

#### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Pulverização das fontes de financiamento para o setor agropecuário

A Lei 13.331 modificou a Lei 11.076/2004 (Lei dos Títulos do Agronegócio), permitindo a emissão de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em moeda estrangeira, desde que lastreados na mesma condição.

Direcionamento de 35% dos recursos captados por meio da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio para aplicação em operações de crédito rural (Res. 4.497 BCB).

Alongamento dos prazos para reembolso das operações de crédito rural em regiões afetadas por condições climáticas adversas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou o alongamento dos prazos para reembolso dos financiamentos de custeio e investimento nas regiões mais afetadas pelas condições climáticas adversas em 2016, nos municípios que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional. Foram beneficiados por normas transitórias os produtores de arroz dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Res. 4.504 BCB), de soja no Rio Grande do Sul (Res. 4.508 BCB), os produtores da região do MATOPIBA, Centro-Oeste e Espírito Santo (Res. 4.519 BCB), os produtores de café do Espírito Santo (Res. 4.522 BCB) e os produtores de milho de Sergipe e Bahia (Res. 4532).

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Mudanças nas regras do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR)

Atendendo ao pleito da CNA, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural aprovou regra que define que são passíveis de subvenção apenas as apólices de seguro agrícola com nível de cobertura igual ou acima de 60% da produtividade esperada (Res. 48 CGSR), o que desestimula a oferta de produtos com baixa eficiência.

Criação de cronograma de liberação dos recursos para o PSR, em conformidade com o calendário agrícola.

Aperfeiçoamento do projeto de negociação coletiva do seguro para a soja

O projeto experimental de negociação coletiva do seguro para a soja foi iniciado em 2015 e reproduzido em 2016. O modelo de negociação coletiva estimula melhores condições contratuais e garante o acesso à subvenção para as carteiras de produtores.

Alterações nas regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O empreendimento enquadrado no Proagro passou a ter cobertura de 100%, se, nos 36 meses anteriores à data de adesão ao programa, não tiver deferimento de cobertura a seu favor. Além disso, o percentual mínimo de cobertura foi elevado para 80% do limite de cobertura, por empreendimento enquadrado.

Autorização de descontos para liquidação de dívidas de operações de crédito rural inscritas ou encaminhadas para inscrição em dívida ativa da União

A Lei 13.340 autorizou a concessão de descontos para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural, inscritas ou encaminhadas para inscrição em dívida ativa da União até 28/09/2016. Para efeitos da Lei, a liquidação deve ser feita até 29/12/2017. O desconto varia de 60% a 95%, de acordo com as faixas para enquadramento do valor consolidado da inscrição na DAU.

Retomada dos estudos sobre Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos (ZARC)

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) retomou os estudos sobre o ZARC, com melhorias na qualidade das informações utilizadas, automação dos processos e reuniões regionais de validação dos resultados, envolvendo o setor produtivo.

# **CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS**

**4**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS

### 1. Lei de Proteção dos Cultivares

O setor de sementes e mudas no Brasil tem passado por um rearranjo. Nesse contexto, o deputado Dilceu Sperafico apresentou um projeto de lei propondo alterar a Lei de Proteção de Cultivares. Atualmente, de acordo com a Lei de Proteção de Cultivares, o agricultor pode salvar semente para uso próprio quantas safras julgar ser viável, sem precisar pagar *royalties* por isso. A principal alteração proposta é que o produtor rural passe a pagar *royalties* pelo germoplasma quando fizer uso próprio de sementes ou material de propagação convencional. O objetivo é promover a pesquisa e lançamento de novos materiais convencionais e incentivar a concorrência entre as empresas e, conseqüentemente, favorecer o setor produtivo. Contudo a redação proposta pelo relator prejudica o produtor rural em alguns pontos, como: (i) obriga o produtor de cana-de-açúcar que for multiplicar material vegetativo a obter autorização do titular do direito sobre a cultivar; (ii) institui Grupos Gestores de Cultivares, formados por representantes dos obtentores, multiplicadores e produtores rurais, com poderes que vão além do estabelecimento do valor dos *royalties*, permitindo que regulem a limitação de área a ser utilizada como semente ou muda reservada para uso próprio, bem como o número de safras que poderão ser plantadas; (iii) estende a cobrança ao produto da colheita, o que pode aumentar o custo ao produtor, já que fica em aberto se o produtor irá pagar *royalties* sobre o volume de sementes ou mudas utilizadas para uso próprio ou sobre o volume colhido. Após inúmeras reuniões com as Federações, foram acordadas propostas que resolveriam essas questões, encaminhadas pela CNA ao relator, porém não foram incorporadas ao relatório. Concluiu-se então que, sem adequações no texto, a CNA não apoiaria o andamento do projeto de lei que propõe alteração dessa lei. O projeto de lei ainda não foi votado e a CNA continua buscando uma estratégia para que não haja aprovação de alteração da Lei de Proteção de Cultivares se for para prejudicar os produtores rurais.

### 2. Manejo integrado de pragas e áreas de refúgio

A necessidade de adoção da prática de refúgio foi amplamente debatida devido à perda de eficiência das cultivares transgênicas resistentes aos insetos. Identificou-se que um dos principais fatores que tem levado a essa situação é a falta de um programa de

manejo integrado de pragas e a adoção de áreas de refúgio nos cultivos transgênicos de soja, milho e algodão. Diante disso, a CNA e o SENAR, em conjunto com a Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (Agrobio) e o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), desenvolveram vídeos e cartilhas com o objetivo de conscientizar os produtores e os agentes do setor sobre a necessidade da implementação do refúgio.

### **3. Renegociação das dívidas para a região do Matopiba devido aos problemas ocorridos pela estiagem da safra 2015/16**

Na safra 2015/16, os problemas climáticos que atingiram as regiões do Matopiba e de Goiás ocasionaram quebras de produtividade superior a 30% para as culturas de soja, milho e algodão. Diante desse contexto, a CNA solicitou a renegociação das dívidas assumidas pelos produtores desses estados. Seguindo as solicitações, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou as instituições financeiras a renegociar as operações de crédito rural de custeio com vencimento em 2016 e as parcelas vencidas ou vincendas em 2016 das operações de crédito rural de custeio e investimento.

### **4. Consultas Públicas de reavaliação de agrotóxicos realizadas pela Anvisa**

A Anvisa realizou a reavaliação de alguns princípios ativos e constantemente tem colocado esses produtos em consulta pública com objetivo de obter fundamentos para indicar a proibição ou a manutenção desses princípios ativos. Foram colocados em consulta pública os ingredientes ativos carbofurano, lactofem, tiram, paraquate e 2,4-D. Houve grande mobilização da CNA buscando pautar as Federações e os demais agentes do setor para se posicionarem em favor da manutenção desses princípios ativos. Com exceção do paraquate, que a reavaliação ainda não foi concluída, os demais produtos tiveram o parecer da Anvisa para manutenção.

### **5. Preços mínimos para o Plano Agrícola e Pecuário**

O Plano Agrícola e Pecuário tem como objetivo fomentar a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno. Diante da necessidade de atualização dos preços mínimos, a CNA elaborou proposta e solicitou a atualização para soja, milho, feijão, arroz, algodão e trigo. As propostas da CNA foram acatadas, com exceção do algodão. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Lei de Proteção de Cultivares	Defesa do setor produtivo para que a alteração da Lei de Proteção dos Cultivares proposta no Congresso Nacional não traga prejuízos ao produtor rural.
Implementação do Refúgio	Desenvolvimento de vídeos e cartilhas para esclarecer e conscientizar todos envolvidos do setor sobre a importância dessa prática agrícola.
Renegociação das dívidas para a Região do MATOPIBA	Solicitação de renegociação das dívidas assumidas pelos produtores rurais do MATOPIBA e Goiás. O pedido foi atendido pelo Conselho Monetário Nacional, e assim o produtor poderá renegociar as operações de crédito rural de custeio e de investimento vencidas ou vincendas em 2016.
Consultas públicas de reavaliação dos agrotóxicos realizada pela Anvisa	Mobilização da CNA buscando pautar as Federações e demais agentes do setor para se posicionarem em favor da manutenção desses princípios ativos. Dentre os produtos reavaliados, todos tiveram o parecer favorável pela manutenção com exceção do Paraquate que ainda está sendo analisado.
Preços Mínimos para o Plano Agrícola e Pecuário	A CNA elaborou proposta e solicitou a atualização dos preços mínimos para soja, milho, feijão, arroz, algodão e trigo. As propostas da CNA foram acatadas, com exceção do algodão.

**CAFÉ**

**5**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ

### 1. Registro de produtos para o controle da broca do café

Após aproximadamente três anos com a ausência de produtos registrados e com eficiência satisfatória para o controle da broca-do-café (*hypotenemus hampei*), a CNA solicitou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que priorizasse o registro dos produtos: Voliam Targo (Syngenta), Benevia (Dupont), Galil (Adama) e Curbix (Bayer). Por fim, foram registrados o Voliam Targo e do Benevia, que passaram a ser alternativas para o controle dessa praga.

### 2. Preço mínimo do café

A CNA atuou para que os preços mínimos do café fossem reajustados. O preço mínimo do café arábica, que era de R\$ 307,00/saca, e do conilon, que era de R\$ 193,00/saca, passaram para R\$ 330,24/saca e R\$ 208,19/saca, respectivamente. Apesar do aumento, sabe-se que o preço do arábica encontra-se aquém do custo de produção da maioria das regiões produtoras, o que mantém essa ação em pauta na CNA.

### 3. Recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

A CNA atuou para que os recursos da linha de crédito para recuperação de cafezais danificados, que era de R\$20 milhões, fossem ampliados para R\$ 30 milhões. A ampliação ocorreu e beneficia principalmente os cafeicultores do Espírito Santo que tiveram as lavouras danificadas pela seca drástica da última safra.

### 4. Projeto de Mapeamento e Georreferenciamento do Parque Cafeeiro Nacional

Conhecer a real dimensão do parque cafeeiro nacional é uma demanda antiga do setor. Em conjunto com os demais representantes da cadeia produtiva do café, a CNA contribuiu com a estruturação e embasamento do termo de referência para licitação, pela Embrapa, da empresa executora do projeto. A disponibilização dos recursos tem



sido a maior dificuldade para que a licitação do mapeamento seja realizada. A CNA tem atuado para que ocorra a inclusão das despesas do mapeamento no orçamento do Funcafé de 2017.

## **5. Criação do Departamento do Café**

Os eventos políticos do país acarretaram em alterações constantes no Mapa, que ocasionaram na extinção do Departamento do Café. Isso dificultou a transação das ações propostas pelo setor. A CNA, em parceria com o Conselho Nacional do Café (CNC), Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Associação da Indústria Brasileira de Café (ABIC) e Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), conseguiu que o Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia fosse recriado. Assim, acredita-se que haverá maior agilidade na liberação dos recursos do Funcafé e no atendimento das demais demandas do setor.

## **6. Endividamento dos Cafeicultores**

A CNA apoiou a aprovação da Lei nº 13.340/2016 e da Resolução nº 4.522/2016 do Banco Central do Brasil (CBC) e vem atuando no esclarecimento dos cafeicultores na renegociação das dívidas de crédito rural regidas por essas normas legais.

## **7. Pesquisa Safra Cafeeira 2016**

A CNA, em parceria com o portal CaféPoint, realizou uma pesquisa para levantamento de informações da produção e dos problemas enfrentados durante a safra de 2016. Os resultados foram apresentados aos produtores na Semana Internacional do Café em Belo Horizonte/MG e também no Canal do Produtor TV por meio do relatório que foi publicado no site oficial na CNA. As informações geradas pela pesquisa contribuem com a definição de estratégias ao setor por parte da CNA. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Registro de produtos fitossanitários para controle da broca-do-café	Os inseticidas Voliam Targo e Benevia foram registrados e encontram-se em uso pela cafeicultura.
Reajuste do preço mínimo do café	O preço mínimo do arábica foi reajustado para R\$ 330,24 a saca e do conilon para R\$ 208,19 a saca.
Recursos do Funcafé	Ampliação de R\$ 10 milhões na linha de crédito de recuperação de cafezais danificados, totalizando R\$ 30 milhões.
Departamento do Café - Mapa	O Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia foi recriado. Maior agilidade será dada para as próximas demandas do setor.
Renegociação de dívidas da cafeicultura	A Lei 13.340/2016 e a Resolução do Banco Central 4522/2016 foram aprovadas, permitindo a renegociação das dívidas dos cafeicultores.

# CANA-DE- AÇÚCAR

6

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE CANA-DE-AÇÚCAR

### 1. Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou e foi atendida nas seguintes propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2016/2017:

- a. **Manutenção do Programa de Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA)** – a cultura da cana-de-açúcar é semiperene e tem a necessidade de renovar parte das suas áreas para manter a produtividade em níveis compatíveis com os altos custos de produção e com um retorno econômico adequado.
- b. **Manutenção do Programa de Estocagem de Etanol (PASS)** – o aumento do consumo de etanol e os efeitos da queda da produção na entressafra tornam a estocagem do biocombustível estratégica para o equilíbrio do mercado.

### 2. Inovações para o desenvolvimento do setor sucroenergético

A CNA e o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) realizaram um *Workshop* sobre Inovações Tecnológicas no Setor Canavieiro. Seu objetivo foi o lançamento da primeira variedade de cana geneticamente modificada, visando ao controle da broca da cana no Brasil. Representantes de todos os elos da cadeia produtiva sucroenergética e do Poder Legislativo estavam presentes.

A broca da cana (*Diatraea saccharalis*) é considerada a maior praga da cultura no Brasil, causando redução na produção agrícola e na qualidade da cana. Sua ação resulta em um dano econômico anual de mais de R\$ 4 bilhões ao setor.

Diferentes métodos de controle têm sido empregados pelos produtores, com destaque para o controle biológico, além do controle químico, utilizados em diferentes circunstâncias. O emprego da cana Bt (*Bacillus thuringiensis*) será uma inovação eficiente, eficaz e adequada ao meio ambiente.

### 3. Consecana

A CNA promoveu o Fórum Consecana de Fornecedores para apoiar e unificar a atuação dos representantes dos produtores de cana-de-açúcar, nos 4 (quatro) Consecanas existentes no Brasil.

Um conjunto de ações será formalizado para embasar, técnica e politicamente, as demandas dos fornecedores. Isso é fundamental para uma adequada e necessária atualização do Consecana.

### 4. Política de combustíveis

Nos últimos anos, a CNA e representantes da cadeia produtiva sucroenergética realizaram tratativas com governo federal para implementar uma política de preços para os combustíveis que tenha regras claras, estáveis, com previsibilidade, e que reconheça as externalidades positivas dos biocombustíveis (renováveis, baixa emissão de gases de efeito estufa, etc.).

Essas demandas foram atendidas com o desenvolvimento de programas, como o RenovaBio 2030, cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no país, baseado na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, em harmonia com o compromisso brasileiro na COP21 e compatível com o crescimento do mercado. Além disso, foi anunciada a nova política de preços da Petrobras, que acompanhará os preços do mercado internacional de petróleo. □

#### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Inovações para o desenvolvimento do Setor Sucroenergético	Lançamento da primeira variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada para controle da broca da cana no Brasil. A broca da cana ( <i>Diatraea saccharalis</i> ) é considerada a maior praga da cultura no Brasil, sendo responsável por um dano econômico anual de mais de R\$ 4 bilhões ao setor.
Política de preços para combustíveis	Aumento da previsibilidade e transparência na Política de combustíveis. A Petrobrás fará a precificação de combustíveis acompanhando o preço internacional do petróleo.
Desenvolvimento Sustentável / Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)/Acordo de Paris (CPO 21)	O governo brasileiro comprometeu-se com uma meta de redução de 43% das emissões de GEE. Reconhecendo as reivindicações do setor, projetou uma participação de 18% de biocombustíveis na matriz energética. Isso significa produzir 50 bilhões de litros de etanol, diante da produção atual de 28 bilhões de litros/safra. Hoje a biomassa de cana-de-açúcar (etanol e bioeletricidade) é responsável por 16% da matriz energética nacional, representando 40% da oferta interna de energia renovável.

# FRUTICULTURA

7

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE FRUTICULTURA

### **1. Mitigação de risco para conter a propagação da sigatoka negra na Bahia e no Espírito Santo**

A retirada do *status* de zona livre da sigatoka negra dos estados da Bahia e do Espírito Santo em momentos diferentes causaria sérias complicações no trânsito de bananas da Bahia e Espírito Santo para outros estados. Então, a CNA promoveu uma reunião conjunta com os órgãos públicos ligados à defesa fitossanitária (Mapa e Agência de Defesa Sanitária da Bahia-ADAB), produtores de banana, a Embrapa e FAEB, visando discutir e construir uma agenda positiva para solucionar o problema, com um mínimo de impacto socioeconômico para bananicultura dos estados. A reunião gerou a implementação de um Plano de Mitigação de Risco para conter a propagação do fungo e contribuiu para a orientação dos produtores quanto ao correto sistema de controle da doença. A ação retardou a publicação oficial da retirada do *status* de zona livre da doença pelo Mapa, permitindo a manifestação de outros estados fronteiriços e a equalização das questões de transporte.

### **2. Impedimento da interdição da entrada dos citros brasileiros na União Europeia**

A União Europeia informou cinco detecções de cargas de limão com cancro cítrico provenientes do Brasil e ameaçou fechar o mercado caso medidas não fossem tomadas. Tendo em vista a gravidade da doença e as consequências negativas que essa medida traria para os produtores, a CNA convocou os principais produtores e exportadores de citros do país para, juntamente com os técnicos da Diretoria de Sanidade Vegetal/Mapa, discutir o assunto e propor os encaminhamentos visando evitar o fechamento do mercado europeu. Medidas tomadas pelos produtores e pelo Mapa, como o aumento do controle no *Packing House* e o aumento das fiscalizações nos portos, impediram o fechamento do mercado europeu para os citros brasileiros.

### 3. Registro emergencial do paclobutrazol

Esse princípio ativo extremamente importante para fruticultura só é oferecido por uma marca comercial e, por esse motivo, chega ao produtor com altíssimo preço. A CNA solicitou ao Mapa a priorização das análises para registro dos produtos à base de paclobutrazol genérico. O produto genérico foi priorizado e seu registro contribuirá para a redução de custos e melhoria da competitividade das cadeias produtivas de espécies de frutas em que o produto pode ser aplicado.

### 4. Capacitação técnica nos perímetros irrigados de fruticultura

A CNA, em parceria com SENAR e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), viabilizou soluções para minimizar os impactos da retirada da assistência técnica fornecida pela Codevasf aos pequenos fruticultores dos perímetros irrigados de fruticultura. Está em desenvolvimento um projeto-piloto de capacitação para os pequenos irrigantes do Vale do São Francisco. O projeto contemplaria os cursos de gestão da propriedade e também sobre o controle de mosca-das-frutas. O objetivo é que essas capacitações diminuam a dependência dos pequenos produtores pela assistência técnica contínua. □

#### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Mitigação de risco da Sigatoka Negra na Bahia e Espírito Santo	Implementação de um Plano de Mitigação de Risco para conter a propagação do fungo.
Impedimento da interdição da entrada dos citros brasileiros na União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do controle e fiscalização das cargas de citros enviadas à União Europeia;</li> <li>• Impedimento do fechamento do mercado Europeu para os citros brasileiros</li> </ul>
Registro emergencial do paclobutrazol	Priorização do registro dos produtos à base de paclobutrazol genérico, contribuindo para a redução de custos de produção e melhoria da competitividade das cadeias produtivas de espécies de frutas.
Capacitação técnica nos perímetros irrigados de Fruticultura	Projeto piloto de capacitação para os pequenos irrigantes do Vale do São Francisco, em parceria com SENAR, contemplando cursos de gestão da propriedade e temas técnicos, relacionados ao controle da mosca-das-frutas.



# HORTALIÇAS E FLORES

8

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE HORTALIÇAS E FLORES

### 1. Registro de defensivos para flores e plantas ornamentais

A CNA apresentou ao Mapa uma proposta de Instrução Normativa (IN) estabelecendo que as demandas de registro sejam feitas por cultura e alvo. Para isso, foi feito um levantamento de demandas junto ao setor. Essa ação foi desenvolvida em parceria com a Câmara Setorial de Flores do Mapa, que organizou um levantamento das demandas prioritárias do setor seguindo um modelo e metodologia desenvolvida pela Federação da Agricultura do Paraná – FAEP. O levantamento foi finalizado e subsidiou a publicação da IN 36/2009, que trata das exigências de estudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para registro de agrotóxicos em culturas não alimentares. Com isso, as flores e plantas ornamentais deixaram de ser consideradas culturas *minor crops* e, como não alimentares, passaram a ter um tratamento diferenciado no processo de registro de defensivos.

### 2. Diagnóstico da floricultura brasileira

A CNA apoiou a Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais na contratação de consultoria para elaboração do estudo de diagnóstico da floricultura brasileira. O estudo mapeou a produção de flores no Brasil e apontou o impacto socioeconômico e a relevância que a cadeia produtiva da floricultura tem para o agronegócio brasileiro. As informações devem auxiliar a definição de estratégias para o desenvolvimento do setor.

### 3. Programa Hortifruti Saber e Saúde – Comitê Científico de Frutas e Hortaliças Seguras

A CNA, em parceria com o Ibrahort, Abrafrutas, Sociedade Brasileira de Fruticultura e Sociedade Brasileira de Horticultura, criou o Programa Hortifruti Saber e Saúde. O Programa contará com um comitê técnico científico de frutas e hortaliças seguras que reunirá pesquisadores, especialistas do setor privado e representantes de governo, para trabalhar em soluções para o setor. O objetivo do programa é gerar informações transparentes para que haja reconhecimento da hortifruticultura brasileira.

Exportação de produtos hortícolas: a CNA trabalhou para inserir os produtos hortícolas na pauta de exportação do agronegócio brasileiro. Para isso, promoveu a orientação e a capacitação de produtores rurais, visando à adequação da produção para atender as exigências do mercado externo. As ações incentivaram e propiciaram aos produtores a busca por mercados para exportação de seus produtos. Os primeiros contatos com distribuidores de hortaliças nos Emirados Árabes já foram feitos e os produtores de cenoura e beterraba de São Gotardo – MG estão finalizando os preparativos para exportar, de acordo com as exigências dos mercados e das certificadoras. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Registro de defensivos em flores e plantas ornamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação da IN 36/2009 que trata das exigências de estudos de eficiência e praticabilidade agronômica para registro de agrotóxicos em culturas não alimentares.</li> <li>• Flores e Plantas Ornamentais deixaram de ser consideradas culturas Minor Crops e, como não alimentares, passaram a ter um tratamento diferenciado. Agora, o processo de registro de defensivos tende a ser mais rápido.</li> </ul>
Diagnóstico da floricultura brasileira	Mapeamento de informações sobre produção de flores e plantas ornamentais no Brasil, apontando o impacto socioeconômico e a relevância que a cadeia produtiva da floricultura tem para o agronegócio brasileiro.
Programa Hortifruti Saber e Saúde	Criação do programa para atender as necessidades do setor referente à: difusão de informações científicas sobre o setor; criação de um grupo de pesquisadores, especialistas do setor privado e representantes de governo para trabalhar em soluções aos desafios do setor e reconhecimento da hortifruticultura.
Exportação de produtos hortícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão de produtores de hortaliças ao projeto de promoção às exportações da Apex Brasil;</li> <li>• Aproximação dos produtores com distribuidores de hortaliças nos Emirados Árabes;</li> <li>• Adequação de produtores de cenoura e beterraba às exigências dos mercados importadores e certificadoras internacionais.</li> </ul>

# SILVICULTURA

9

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE SILVICULTURA

### 1. Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas

O Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDFP) será o instrumento norteador da Política Agrícola para Florestas Plantadas, definida no Decreto nº 8.375/2014. A CNA está contribuindo com o Mapa na formulação do plano, para que, assim como as culturas madeireiras, as culturas não madeireiras, como a seringueira (borracha natural), pinus (resina), acácia-negra (taninos), eucalipto (óleos essenciais), sejam incluídas. Para isso, a CNA lançou uma pesquisa para identificar a importância e a satisfação dos produtores do setor florestal não madeireiro e conhecer o destino dos plantios e a forma de organização desses produtores (sindicatos, associações e cooperativas). O conhecimento sobre indicadores estratégicos dessas cadeias é extremamente importante para que esses setores estejam representados nas políticas públicas, para melhorias nas condições de acesso a mercado, crédito, seguro rural, preço, entre outros. O resultado da Pesquisa CNA sobre a Produção Florestal Não Madeireira reflete o perfil de atuação de instituições públicas e privadas de 15 estados da Federação e pode ser acessado no portal [www.cnabrasil.org.br](http://www.cnabrasil.org.br).

### 2. Programa Prevfogo

Foi realizada capacitação de instrutores do SENAR de 10 estados da Federação sobre o Programa Prevenção e Controle do Fogo na Agricultura. O curso foi ministrado por técnicos do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). A partir dessa capacitação, serão ofertados pelas Administrações Regionais do SENAR, na modalidade Formação Profissional Rural, os cursos “Prevenção e Controle do Fogo na Agricultura” e “Queima Controlada e Alternativas ao Uso do Fogo”, além do curso que já está disponível a distância no portal EaD SENAR ([www.senar.org.br/ead](http://www.senar.org.br/ead)). A queima controlada é uma prática agrícola ou florestal em que o fogo é utilizado de forma racional, com o controle da sua intensidade e limitado a uma área predeterminada, atuando como um fator de produção. O produtor rural pode ser um grande aliado na identificação de focos de calor e auxílio no combate inicial do fogo. Para tanto, deve ser treinado para agir com prontidão e segurança pessoal.

### 3. Elevação da TEC da borracha

Foi publicada a Resolução nº 98, de 10 de outubro de 2016, aprovando a elevação da taxa de importação da borracha natural de 4% para 14%, pelo prazo de 1 ano, pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Esse é um pleito da CNA iniciado em 2015, cujo objetivo visa melhorar a competitividade do Brasil no setor da borracha natural e incentivar a produção de seringais que foram inativados devido à queda nacional do preço do látex, reflexo dos valores praticados nas bolsas asiáticas. A CNA está elaborando, juntamente com instituições públicas e privadas, estratégia de recuperação do setor para essa medida possa refletir em benefícios para toda cadeia produtiva, principalmente os produtores.

### 4. Fitossanidade – declaração de emergência fitossanitária

O Mapa atendeu ao pleito da CNA para declaração de estado de emergência fitossanitária para combater a praga denominada cascudo serrador da acácia-negra nas mesorregiões geográficas Metropolitana de Porto Alegre, Sudeste Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense e Nordeste Rio-Grandense, do Estado do Rio Grande do Sul, até 1º de novembro de 2017 (Portaria nº 228, de 01/11/2016). □

#### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Defesa Fitossanitária	Declaração de estado de emergência fitossanitária para combater a praga denominada cascudo serrador da acácia-negra (Portaria nº228, de 01/11/2016).
Elevação da TEC da borracha	Elevação da taxa de importação da borracha natural de 4% para 14%, pelo prazo de 1 ano (Resolução nº 98, de 10/10/2016).
Meio Ambiente	Ratificado pelo Governo Federal o compromisso do Brasil em restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares, para cumprimento do Acordo de Paris (COP 21).

**BOVINOCULTURA  
DE CORTE**

**10**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE BOVINOCULTURA DE CORTE

### **1. Ampliação das exportações de material genético e bovinos vivos para abate, engorda e reprodução**

A CNA, juntamente com a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e a Associação Brasileira de Exportadores de Gado (ABEG), contribuiu com o Mapa para a homologação de novos Certificados Zoosanitários Internacionais (CZI), assim como na revisão de CZI já estabelecidos e homologação de CZI Padrão para material genético e bovinos vivos. Além disso, o trabalho conjunto se empenhou na revisão da Instrução Normativa Mapa nº 13, de 2010, que estabelece as normas de procedimentos básicos para a preparação de animais vivos para a exportação.

### **2. Protocolos de rastreabilidade**

A CNA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Gado de Corte assinaram o termo de cooperação para desenvolvimento do Sistema de Protocolos de Rastreabilidade. Com relação às Associações Brasileiras de Criadores das Raças Bovinas Angus, Hereford & Braford, Nelore, Charolês e Wagyu já estão homologadas. Além disso, as Associações Brasileiras de Criadores de Devon, Limousin e Simental também assinaram documento de intenção firmando acordo para viabilizar os seus protocolos junto à CNA.

### **3. Roteiro da Missão da União Europeia nos estados de RO e TO**

A Missão Europeia esteve no Brasil no primeiro semestre de 2016 auditando propriedades rurais e frigoríficos nos estados de Rondônia e Tocantins a pedido da CNA. A missão já enviou seu relatório ao Mapa, que analisa e prepara resposta aos europeus na expectativa de reconhecimento desses estados e do Distrito Federal como áreas habilitadas para exportação de carne bovina *in natura* para Europa. Aproveitando a presença da Missão em Brasília, a CNA organizou o 2º *Happy Hour* da Carne Bovina com intuito de oferecer aos europeus e demais convidados uma degustação de carnes especiais.



#### **4. Zona de Alta Vigilância (ZAV) no Mato Grosso do Sul**

A CNA, atuando em conjunto com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), pôde conferir a ampliação da área de todo o estado para exportação de carne bovina *in natura* para os países do bloco, que agora passam a incluir também a Zona de Alta Vigilância (ZAV), compreendendo a fronteira do MS com o Paraguai.

#### **5. Aquisição de matrizes sob financiamentos regidos pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO)**

A Resolução nº 039/2015 do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condrel/Sudeco) alterou as condições gerais de financiamento de matrizes bovinas para o ano de 2016, passando a exigir certificados emitidos pelas associações de criadores das respectivas raças. Neste sentido, o Ofício CNA nº 110/2016 solicitou ao Ministério de Integração Nacional a retificação na Programação do FCO 2016 junto ao Condrel/Sudeco para que a referida exigência fosse retirada para aquisição de matrizes, o que ocorreu.

#### **6. Revisão do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA/MAPA**

O Mapa está revisando o seu Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). O trabalho consiste na recharacterização dos circuitos pecuários e, neste sentido, CNA e demais entidades contribuíram financeiramente no custeio de serviços a serem prestados pela Fundação de Medicina Veterinária (Fumvet) da Universidade de São Paulo (USP). O resultado dessa recharacterização será dado no decorrer de 16 meses de estudo, após esse período, o setor público e privado seguirão para reuniões regionais, em que decidirão os avanços na retirada de etapas ou de campanha de vacinação contra a febre aftosa.

#### **7. Homologação do Regulamento da Cota Hilton 481**

A CNA, juntamente com a Associação das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e com a Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO) buscou a Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa a fim de retomar o empenho sobre a homologação do Regulamento de Execução da União Europeia (UE) nº 481/2012, a denominada Cota Hilton 481, que estabelece as regras de gestão de um contingente pautal para carne de bovino de alta qualidade. Assim os proponentes apresentaram ao Mapa uma proposta de regulamentação que foi ajustada pelos departamentos do ministério e protocolada em Bruxelas pelo adido agrícola na Europa. Cabe agora aguardar a resposta dos europeus.

## 8. Classificação de carcaças bovinas no Brasil

A CNA coordena um Grupo de Trabalho, composto também pela indústria e academia, para elaborar um Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças Bovinas a exemplo de modelos praticados por outros países. A previsão é de que sejam realizados pilotos de classificação ainda este ano e que a proposta desse sistema seja entregue ao Mapa no próximo ano.

## 9. Participação da CNA no Projeto Brazilian Beef

A CNA participou do Projeto Brazilian Beef atuando junto à ABIEC e Apex-Brasil na Feira Sial Paris 2016. A participação foi oportuna no sentido de expressar o potencial de produção de carne bovina juntamente ao potencial do setor industrial na maior feira de alimentos do mundo. □

### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Ampliação das exportações de material genético e bovinos vivos

Homologação de novos CZI, assim como revisão de CZI já estabelecidos e homologação de CZI Padrão para material genético e bovinos vivos. Além da revisão da Instrução Normativa nº 13 de 2010, que estabelece as normas de procedimentos básicos para a preparação de animais vivos para a exportação.

Protocolos de Rastreabilidade

Assinatura do termo de cooperação com a Embrapa Gado de Corte e adesão de Associações de Criadores de Raças Bovinas aos Protocolos.

Roteiro da Missão da União Europeia nos Estados de RO e TO

Estados visitados pela Missão da União Europeia com grande chance de reconhecimento desses Estados e do Distrito Federal como áreas habilitadas para exportação de carne bovina in natura para Europa.

Revisão do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA/MAPA

Recaracterização dos Circuitos Pecuários e decisão coerente do setor público e privado sobre os avanços da retirada de vacinação contra a febre aftosa nos Estados.

Classificação de Carcaças Bovinas no Brasil

Elaboração de um Sistema Nacional de Classificação de Carcaças Bovinas de forma prática e funcional em consenso com o setor industrial e a academia.

**BOVINOCULTURA  
DE LEITE**

**11**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE

### **1. Prorrogação dos parâmetros da IN nº 62**

De acordo com a Instrução Normativa nº 62/2011 do Mapa (IN 62), em 2016 e 2017, o Brasil deveria adotar parâmetros internacionais de qualidade do leite. A Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA participou de discussões, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre esses novos parâmetros levando o posicionamento do setor produtivo que pregava pela prorrogação da normativa, uma vez que muitos produtores teriam prejuízos caso a medida entrasse em vigor este ano. Depois de diversas reuniões e negociação entre o setor público e o privado, o Ministério da Agricultura publicou a prorrogação por dois anos dos novos limites para o leite previstos na Instrução Normativa 62, que entrariam em vigor em 1º de julho de 2016.

### **2. Participação na Comissão Técnica Consultiva para Monitoramento da Qualidade do Leite CTC**

Visando revisar os parâmetros da Instrução Normativa 62/2011, a CNA pleiteou e foi aceita a participação na Comissão Técnica Consultiva para Monitoramento da Qualidade do Leite CTC, cuja composição foi publicada por meio da Portaria Mapa nº 68/2016, de 3 de maio de 2016. Em sua primeira reunião técnica, foram apresentadas as premissas de operação e os principais gargalos relativos à qualidade do leite produzido no país. As entidades participantes apresentaram, segundo seus pontos de vista, os fatores cruciais que afetam a qualidade do leite produzido hoje e as prováveis nuances que devem balizar o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL).

### **3. Assistência técnica para os produtores de leite**

O fomento e o apoio à expansão de programas de assistência técnica para produtores de leite com foco gerencial balizam as principais ações da CNA. Em 2016, o projeto Mapa Leite do SENAR finalizou a etapa de aplicação dos questionários aos produtores rurais dos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Minas Gerais. A partir deste diagnóstico, serão assistidos 3.300 produtores de leite, durante um período de dois anos, com ações técnicas voltadas para a área gerencial da propriedade. Os técnicos selecionados para atuar no projeto estão em reta final

de treinamento e cada um deles ficará responsável por 25 propriedades, nas quais serão feitas uma visita mensal. Ao final as orientações e informações decorrentes desta abordagem serão lançadas em um *software* próprio formando assim um valioso banco de dados para futuras ações da Comissão Nacional de Pecuária de Leite. A previsão é que, em dois anos, se trabalhe com 4.680 propriedades produtoras de leite utilizando o modelo de assistência técnica e gerencial associada a capacitações aos produtores.

#### **4. Defesa comercial**

O Brasil possui, desde 2009, um acordo comercial com a Argentina para a importação de leite em pó daquele país, delimitando cotas e preços sobre o leite em pó importado. Assim, representantes brasileiros e argentinos do setor privado da cadeia produtiva de leite e derivados renovaram este acordo com o objetivo de proteger o mercado interno brasileiro de surtos de importação de lácteos que possam impactar negativamente o setor. O sistema de cotas traz benefícios aos dois países, reforçando seus laços comerciais e trazendo previsibilidade ao cenário de importação de leite. Pela primeira vez, o mesmo foi firmado para um período de dois anos, o que, de certa forma, controla os impactos na balança comercial de lácteos à medida que coíbe surtos de importações argentinas.

#### **5. Reconstituição de leite em pó para produção de leite UHT**

Em 21 de julho de 2016, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 26, que autorizou, pelo período de um ano, as indústrias de laticínios da região da SUDENE a reconstituir leite em pó para a produção de leite longa vida (UHT) e leite pasteurizado. Além de protocolar um primeiro ofício detalhando os impactos negativos da medida para os produtores da região afetada, a CNA, antes mesmo da publicação da normativa, discutiu o assunto com o secretário de Política Agrícola e com o ministro da Agricultura, que asseguram que qualquer ação a ser tomada pelo ministério passaria pelo entendimento entre as partes, o que infelizmente não ocorreu. Com isso, um novo documento, Ofício nº 313/2016-CNA, foi redigido e encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República informando que, ao invés do governo garantir o abastecimento da população via produção local, estaria estimulando a saída de muitos produtores de leite da atividade e solicitando a revogação da Instrução Normativa. Também foi elaborada uma nota técnica abordando o impacto negativo que esta normativa traz aos produtores de leite do Brasil, em especial os da região da SUDENE, estagnando preços e reduzindo renda. Expôs-se que a medida também estimula as importações de leite em pó e oferece ao consumidor um produto oriundo de reconstituição. De forma paliativa e graças à pressão exercida pelo setor primário, foi publicada em outubro a Instrução Normativa 40, que visa proibir a reconstituição do leite a partir de matéria-prima importada. Esta medida apenas altera parte do texto da IN 26, porém ainda não isenta os produtores nacionais de leite dos impactos negativos gerados por esta normativa. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Intervenção junto ao Mapa expondo o posicionamento do setor produtivo	Prorrogação da implantação dos novos parâmetros IN 62/2011.
Apoio técnico e institucional	Efetivação do projeto Mapa Leite para a assistência técnica para produtores de leite nos estados do Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Minas Gerais.
Articulação entre o setor privado de lácteos Argentino e Brasileiro	Renovação do acordo de cotas e preços sobre o leite em pó importado da Argentina.
Revisão das estratégias e das ações para melhoria da qualidade do leite brasileiro	Participação na Comissão Técnica Consultiva para Monitoramento da Qualidade do Leite e futura construção do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNQL.
Atuações políticas e elaboração de documentos técnicos	Articulação e fomento a ações visando à revogação da IN nº 26/2016 do Mapa que autorizava os laticínios com Inspeção Federal da região SUDENE a reidratar leite em pó para venda de leite fluído.

# AVES E SUÍNOS

12

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE AVES E SUÍNOS

### **1. Lei dos Contratos de Integração (Lei nº 13.288/2016)**

O ano de 2016 entrou para a história da avicultura e suinocultura brasileira. Foi sancionada a Lei nº 13.288, no dia 16 de maio de 2016, após 18 anos desde a apresentação da primeira proposição legislativa (PL nº 4.378/1998), que tentava disciplinar a relação contratual entre produtores integrados e agroindústria integradora. Resultado do protagonismo da CNA nas negociações, que duraram cinco anos, entre os grupos de interesse envolvidos; a partir dessa data, os contratos de integração agroindustrial passaram a ser regidos por norma específica dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

### **2. Medidas de amparo à suinocultura e avicultura**

Os elevados patamares de preços do milho e o seu desabastecimento, em algumas regiões, causaram prejuízos para os setores de aves e suínos ao longo do ano de 2016. Para amenizar o problema, a CNA participou de audiências públicas e reuniões setoriais a fim de buscar medidas de amparo aos setores. Dessa forma, foi publicada linha de crédito para a retenção de matrizes suínas, liberados estoques públicos de milho e aumento dos limites na venda de milho balcão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por produtor rural cadastrado. Também, foi suspenso o imposto de importação (II) e aprovadas as variedades de milho norte-americano na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Por último, a CNA elaborou e entregou ao presidente da Frente Parlamentar da Suinocultura projeto de lei que trata de subvenção econômica aos produtores de proteína animal na aquisição do milho em épocas de crise.

### **3. Consultoria jurídica especializada em contratos de integração**

Após a sanção da Lei nº 13.288/16, a CNA contratou consultoria jurídica especializada em contratos de integração. O objetivo foi realizar seminários sobre os novos direitos e deveres, bem como a implementação da legislação aos produtores integrados nos principais estados produtores do país. Também foi criado canal de diálogo para que produtores integrados de todo o país retirem suas dúvidas quanto às interpretações da lei e dos contratos vigentes.



#### **4. Curso de negociação em contratos de integração**

A CNA, em parceria com o SENAR, iniciou estruturação de curso sobre negociação em contratos de integração, para que lideranças de produtores possam se profissionalizar e atuar na defesa dos interesses dos seus pares nas unidades de integração junto à indústria.

#### **5. Medidas de prevenção e controle à influenza aviária (IA) no Brasil**

A fim de manter o *status* de país livre de IA, a CNA e as principais empresas do segmento formaram GT capitaneado pelo Mapa para estruturar ações público-privadas de prevenção e mitigação de riscos aos possíveis surtos da doença.

#### **6. Projeto Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono**

A CNA criou GT, com a participação do Mapa, da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e representantes de algumas federações de agricultura para a formação de uma agenda de propostas para a redução dos gargalos burocráticos das tecnologias de baixa emissão de carbono na suinocultura.

#### **7. Normatização do Bem-Estar Animal (BEA) no transporte de carga viva**

A CNA rediscutiu a proposta de normativa do Bem-Estar Animal (BEA) no transporte de animais no âmbito da Câmara Setorial da Bovinocultura de Corte, a fim de aprimorar pontos ainda conflitantes.

#### **8. Regulamentação do Foniagro e da Cadec**

Foi criado GT entre as entidades representativas de produtores integrados e agroindústria integradora para discutir pontos da Lei nº 13.288, que ainda serão regulamentados pelo Poder Executivo. O objetivo é atingir um consenso sobre o funcionamento e a implementação dos Fóruns Nacionais de Integração Agroindustrial (Foniagro) e das Câmaras de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação (Cadec). □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Formação de consenso e articulação para apreciação do PLS nº 330/2011	Sanção da Lei nº 13.288/16, que disciplina os contratos de integração.
Medidas de amparo à suinocultura e avicultura	Publicada linha de crédito para a retenção de matrizes suínas, liberados estoques públicos de milho e aumento dos limites na venda de milho balcão da Conab por produtor rural cadastrado. Suspensão do imposto de importação (II); Aprovação das variedades de milho norte-americano na CNTBio.
Alinhamento metodológico do levantamento dos custos de produção na Sul	Consolidação da metodologia utilizada no Projeto Campo Futuro para levantamento dos custos de produção da avicultura e suinocultura integrada nos estados da região Sul.
Consultoria jurídica especializada em contratos de integração	Realização de palestras nos estados de Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e Distrito Federal.
Medidas de prevenção e controle à Influenza Aviária	Elaboração de folder e link no site da CNA, reestruturação das Instruções Normativas (IN) 10 e 56, sobre biossegurança nas granjas. Realização de workshop em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estruturação de cartilha junto ao SENAR.

# AQUICULTURA E PESCA

13

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE AQUICULTURA E COMISSÃO NACIONAL DE PESCA

### **1. Liberação do cultivo de tilápia no estado de Goiás**

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás (SECIMA) proibiu, desde 2014, o cultivo de tilápia em tanque-rede e em viveiro escavado no estado de Goiás por alegar se tratar de espécie exótica. Tal proibição inviabilizou o cultivo de tilápia no estado, trazendo sérios prejuízos aos produtores que investiram na atividade. Para auxiliar à Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) na resolução do problema, a CNA participou de reuniões e elaborou material técnico para embasar a discussão sobre o assunto. Como resultado, a SECIMA emitiu licença ambiental simplificada para criação de tilápia do Nilo, tambaqui, piauçu e pacu nos Parques Aquícolas do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Cana Brava, na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, na região do município de Minaçu, no norte goiano.

### **2. Aumento do prazo de custeio do Pronaf**

Os produtores de tilápia de Santa Catarina e de peixes nativos na região Norte estavam impossibilitados de acessar o recurso de custeio viabilizado pelo Banco do Brasil por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma vez que não conseguiam cumprir o prazo de carência de 12 meses. Como a temperatura da região Sul é muito baixa em determinadas épocas do ano, o cultivo da tilápia dura aproximadamente 12 meses. Já as espécies nativas apresentam um tempo de cultivo maior, chegando a 14 meses. Fora o tempo de cultivo, o produtor precisa comercializar e receber pelo produto, o que ocorre dentro de 14 e 15 meses após o início do ciclo produtivo. Diante disso, a CNA conseguiu, junto à Superintendência de Agronegócios do Banco do Brasil, estender o prazo de custeio para 18 meses.

### **3. Monitoramento sanitário de alevinos**

O cultivo de tilápia e de peixes redondos configura-se como dois dos segmentos com maior destaque na aquicultura nacional. No entanto a presença e, bv o surgimento de doenças e a deficiente atenção aos aspectos sanitários nas atividades desenvolvidas

impedem o pleno desenvolvimento do setor. A fase inicial da cadeia produtiva, a produção de formas jovens, é considerada como ponto crítico de controle sanitário, uma vez que a movimentação de animais vivos é considerada uma das principais causas de introdução e disseminação de doença em sistemas produtivos de peixes. Ciente da importância do tema para o crescimento da aquicultura nacional, a CNA, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), iniciou um diagnóstico das características sanitárias dos produtores de formas jovens. Os resultados obtidos a partir dos exames laboratoriais realizados servirão para o monitoramento contínuo da situação sanitária dos estabelecimentos fornecedores de formas jovens e subsidiarão estratégias de certificação sanitária de larviculturas de tilápia e peixes redondos, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento do setor no país.

#### **4. Reinspeção de pescado**

Uma antiga demanda da CNA e de todo o setor envolvido na produção e industrialização do pescado nacional é a necessidade de maior fiscalização no pescado importado, tanto no quesito sanitário, quanto na fraude de espécie e na utilização de aditivos químicos e glaciamento. Em 2 de agosto de 2016, o pleito do setor foi atendido e a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)/Mapa editou a norma interna com o objetivo de disciplinar os procedimentos de implantação do Regime de Alerta de Importação (RAI) para enquadramento de empresas estrangeiras, cujos produtos exportados para o Brasil tenham apresentado alguma não conformidade durante os procedimentos de fiscalização. Nos dois primeiros meses da fiscalização, mais de 50 *containers* de pescado foram rechaçados por fraude, uso de aditivos proibidos ou excesso de glaciamento.

#### **5. Subcomissão de Pesca do Ministério do Trabalho e Emprego**

Em 2008, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou normativa cujo objetivo é proteger e regulamentar as condições de segurança e saúde dos trabalhadores aquaviários. A norma, além de questões operacionais, traz requisitos estruturais para as embarcações que realizam os cruzeiros de pesca, impedindo grande parte da frota pesqueira nacional de atender à totalidade dos requisitos estabelecidos devido à idade das embarcações. No entanto a incompatibilidade da Norma à realidade das embarcações fez com que diversos armadores de pesca fossem multados nos últimos anos, o que demonstra a necessidade de revisão e adequação da norma à realidade das embarcações brasileiras. Para solucionar os problemas inerentes da estagnação da revisão da norma, a CNA pleiteou e conseguiu vaga na bancada dos empregadores Subcomissão de Pesca do MTE da Comissão Permanente Nacional Aquaviária (CPNA). □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Liberação do cultivo de tilápia no estado de Goiás	Liberação do cultivo de tilápia do Nilo, tambaqui, piaçu e pacu nos Parques Aquícolas do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Cana Brava, na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, na região do município de Minaçu, no norte goiano.
Aumento prazo custeio PRONAF	Extensão do prazo de pagamento de custeio para 18 meses.
Monitoramento sanitário de alevinos	Início de um diagnóstico das características sanitárias dos produtores de formas jovens brasileiros visando à certificação das alevinagens brasileiras.
Reinspeção de pescado	Publicação de Norma SDA/Mapa para reinspeção do pescado importado pelo país com o objetivo de detectar infrações no quesito sanitário, na fraude de espécie, na utilização de aditivos químicos e no glaciamento.
Subcomissão de Pesca do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	Vaga para a CNA na bancada dos empregadores Subcomissão de Pesca do MTE da Comissão Permanente Nacional Aquaviária – CPNA.

# OVINOS E CAPRINOS

14

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE OVINOS E CAPRINOS

### **1. Frente Parlamentar de apoio a Ovinocaprinocultura**

A CNA integrou a Câmara Técnica da Frente Ovinos. O objetivo do grupo é subsidiar os parlamentares na criação de políticas nacionais de incentivo para a cadeia, estimulando a pesquisa, a capacitação, a criação e o abate dos animais. Outros objetivos são reduzir a carga tributária ao longo da cadeia; harmonizar as distorções do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) entre os estados e integrar as iniciativas e atividades do governo e das entidades da sociedade civil.

### **2. Parecer Técnico do Projeto de Lei nº 524/2015 de autoria do senador Ronaldo Caiado**

A CNA, juntamente com entidades públicas e privadas ligadas à agropecuária, apresentou sugestões de melhoria no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 524/2015, do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) na forma de Parecer Técnico, durante a 47ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Mapa. O PL propõe parâmetros para elaboração de políticas públicas nacionais voltadas ao desenvolvimento e ao aprimoramento da ovinocaprinocultura no Brasil, considerando lã, carne, pele, leite e seus derivados. A Câmara Setorial encaminhou o Parecer Técnico à Frente Ovinos. Em seguida, o presidente da Frente encaminhou as sugestões para análise do senador relator Lasier Martins.

### **3. Registro de queijo artesanal**

A produção nacional de queijos provenientes de leite ovino e caprino aguarda a regulamentação por parte do Mapa. Essa produção, na maioria dos casos em regime artesanal, é prejudicada pela dificuldade de transporte e comercialização mantendo -se na ilegalidade enquanto a homologação não é definida. Neste sentido, a CNA busca entendimento junto ao Mapa para normatização das indústrias de pequeno porte que processam produtos de origem animal, bem como a definição da produção artesanal e da regulamentação dos produtos com indicação geográfica.



#### 4. Capítulo do Livro Ovinos: o ontem, o hoje, o amanhã

A CNA redigiu um capítulo no *Ovinos: o ontem, o hoje e o amanhã*. O livro aborda a importância da cadeia de ovinocultura tanto para o Brasil quanto para os demais países produtores. Além disso, o livro retrata as ações das principais entidades atuantes no setor, nele a CNA demonstra sua estrutura, que envolve Federações de Agricultura, Sindicatos Rurais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Instituto CNA, com foco maior nas ações para desenvolvimento da ovinocultura nacional. O livro foi publicado em novembro deste ano. □

##### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Capítulo do livro  
*Ovinos: o ontem,  
o hoje, o amanhã*

Disponibilizou aos leitores as principais entidades atuantes no setor, onde a CNA demonstra sua estrutura que envolve Federações de Agricultura, Sindicatos Rurais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Instituto CNA, com foco maior nas ações para desenvolvimento da ovinocultura nacional.

**MEIO  
AMBIENTE**

**15**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

### 1. Código Florestal

Com a edição da Lei nº 13.335, de 14 de setembro de 2016, foi alterado o prazo para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e corrigido o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), definindo a data de 31 de dezembro de 2017 como prazo final para que os produtores rurais, independente de seu tamanho, tenham direito às consolidações e demais benefícios.

A prorrogação do CAR permite a continuidade de adesão ao cadastro e estipula data-limite para adesão ao PRA, garantindo os benefícios constantes nas medidas transitórias da Lei nº 12.651, de 2012. Entre esses benefícios, estão a consolidação das áreas já integradas ao processo produtivo, a suspensão das multas aplicadas em áreas autuadas antes de 22 de julho de 2008, a possibilidade de compensação, recomposição ou regeneração do passivo ambiental, a conversão das multas em serviços ambientais, a soma das áreas de preservação permanente no cômputo da reserva legal, a ampliação do prazo em que os agentes financeiros estão autorizados a fazer operações de financiamento agrícola entre outros benefícios.

### 2. Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs)

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) buscam impugnar vários artigos, todos referentes à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Novo Código Florestal Brasileiro. A eventual declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos questionados afetará diretamente os interesses dos produtores rurais, categoria econômica representada pela CNA, o que logo exigiu ação enérgica e coordenada junto aos demais representantes do agronegócio brasileiro. Objetivando levar ao relator no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Fux, a CNA tornou-se parte interessada no julgamento e pode levar à turma seu depoimento quanto aos impactos do acatamento das ADIs.

### 3. Licenciamento Ambiental

A CNA atuou na proposta de substituição do modelo, proposto pelo governo federal, de licenciamento individual de propriedades rurais, pela implementação de um sistema

de boas práticas agropecuárias capaz de dar oportunidade à regularização ambiental dos empreendimentos rurais. Com base nessa proposta, promoveram-se esforços para atualização das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que conflitam com a legislação federal vigente (LC 140/2011). Também foi proposta lei específica, que cria regras claras de licenciamento ambiental, eximindo as atividades de uso alternativo do solo do licenciamento ambiental, especialmente o plantio de culturas temporárias, florestais e a criação extensiva de animais.

#### **4. Acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado**

Com a edição da Lei 13.123/2015, foi criado o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), no qual a CNA garantiu a representatividade do setor agropecuário, que se caracteriza como grande utilizador de material genético proveniente de outros países. Soja, milho, bovinos, algodão, entre outros, são provenientes de outras partes do mundo e poderiam exigir repartição dos resultados de sua produção. Mediante atuação direta da CNA, a legislação isentou grande parte desse material de cobrança pelo seu uso, mas conduziu a diversas responsabilidades para sua gestão.

#### **5. Capacitação de produtores para desenvolvimento da irrigação**

Foi criado o Comitê Técnico de Irrigação para desenvolver um programa de capacitação para agricultores irrigantes. O Programa deverá focar sua atuação no aumento da produtividade e da renda do produtor, melhoria e adoção da tecnologia aplicada à irrigação e na gestão de projetos e dos recursos hídricos. O programa tem abrangência nacional e busca formar gestores de recursos hídricos com o objetivo de melhorar a representação do setor rural nos comitês de bacia hidrográfica, por meio da conscientização e capacitação na gestão de recursos hídricos, com ênfase na criação e participação nos comitês de bacia.

#### **6. Mudanças climáticas**

Em 12 de setembro de 2016, o presidente Michel Temer assinou a adesão do Brasil ao Acordo de Paris, documento em que os países se prontificam a reduzir suas emissões. Para limitar o aumento da temperatura média da terra abaixo dos 2°C, o Brasil aumentou sua contribuição, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030.

Pelo que se verifica, às Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) apresentadas pelo Brasil, grande parte do ônus do futuro acordo internacional, no âmbito interno, recairá sobre o setor agropecuário brasileiro.

Neste sentido, a CNA acompanhou a Conferência das Partes sobre o Clima COP 22 para que não haja maiores restrições ao crescimento do setor por limitações de emissões. □

PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016	
Código Florestal	Prorrogação do prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de garantia das consolidações das atividades agropecuárias em áreas protegidas e todos os direitos e flexibilizações constantes no Novo Código Florestal.
Ações Diretas de Inconstitucionalidade ADIs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aceitação da CNA como parte interessada e a ser ouvida no julgamento das ações de inconstitucionalidade;</li> <li>• Apresentação dos motivos para a manutenção do texto do Código Florestal vigente ao Ministro Relator, Ministro Luiz Fux, e os impactos ao se acatar as peças das ADIs como inconstitucional.</li> </ul>
Licenciamento Ambiental	Coordenação setorial, capitaneando processo de adequação da legislação ambiental que trata do licenciamento ambiental para as atividades agropecuárias, excluindo-as do processo vigente de licenciamento ambiental.
Acesso ao patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação da legislação que trata do acesso aos recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, excluindo do pagamento dos direitos de uso a agricultura, a silvicultura e a pecuária.</li> <li>• Representação do setor agropecuário junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).</li> </ul>
Capacitação de produtores para desenvolvimento da irrigação	Implantação do projeto de capacitação do produtor rural para ampliação das áreas irrigadas, iniciando-se pela capacitação do produtor rural para integrar o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, particularmente nos Comitês de Bacia.
Mudanças Climáticas	O setor agrícola acompanha as negociações sobre as limitações de emissões de forma a não restringir o crescimento da agropecuária.

**EMPREENDEDORES  
FAMILIARES RURAIS**

16

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DOS EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS

### 1. Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017

As linhas de crédito para a agricultura e o empreendedorismo familiar rural receberam alterações nas condições de financiamento. Após muita insistência da CNA, para essa safra agrícola, as operações de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apresentam novos limites. Os valores financiáveis foram elevados respectivamente para R\$ 250 mil e R\$ 165 mil por mutuário. Taxas de juros também foram reduzidas, iniciando em 2,5% a.a. e atingindo no máximo 5,5% a.a. para as duas modalidades de operações.

### 2. Apoio aos produtores de tabaco

Integrantes da cadeia produtiva do tabaco se uniram para solicitar apoio do governo federal em demandas do tabaco. Foram promovidas audiências com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Ministério da Saúde. Entre os principais pleitos apresentados pela CNA ao Mapa, destacam-se: preocupação com a redução de políticas públicas de crédito para os produtores de fumo, a significativa evasão de indústrias beneficiadoras de tabaco e de fábricas de cigarro; e a falta de fiscalização do governo federal no combate ao contrabando e falsificação de cigarros. No Ministério da Saúde, a CNA sondou o posicionamento da Delegação Brasileira para a COP-7, evento promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que discute restrições à produção do fumo.

### 3. Representação dos produtores da erva-mate

A CNA coordena o Grupo de Trabalho (GT) que aborda temas pertinentes à mão-de-obra na produção de erva-mate, dando ênfase em temas como: ações do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina; a profissão de podador de erva-mate, a relação de trabalhador rural; a seguridade social; e a terceirização.

## 4. Ampliação das emissões de DAP

As solicitações para treinamentos de agentes emissores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos sindicatos rurais vinculados ao Sistema CNA foram atendidas ao longo do ano. Nove estados receberam o treinamento, somando 17 presidentes e 189 colaboradores capacitados. Com aumento do número de agentes emissores aptos a prestar esse serviço, espera-se atender a mais produtores com as condições do Pronaf. □

### PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017	As linhas de crédito para a agricultura e o empreendedorismo familiar rural receberam melhores condições para os financiamentos do Pronaf. As operações de custeio e investimento passaram a ter limites maiores, elevados respectivamente para R\$ 250 mil e R\$ 165 mil por mutuário. As taxas de juros foram reduzidas, iniciando em 2,5 % a.a. podendo atingir 5,5% a.a. para os dois tipos de operações.
Resolução Bacen nº 4.513 de agosto de 2016	As regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, através da Resolução Bacen nº 4.483/2016, obrigavam a reconversão de atividades para os produtores de tabaco. Representantes da cadeia produtiva mobilizaram parlamentares e executivos do governo federal para alterar essa condição, o pleito foi atendido com a nova Resolução do Bacen nº 4.513/2016.
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate	As demandas dos produtores de erva-mate passam a ser analisadas e discutidas por um colegiado instituído dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Composta por representantes da academia, dos produtores, da assistência técnica, pesquisa, indústria e governo, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate criou cinco grupos de trabalho com a finalidade de nortear os passos dessa cadeia produtiva: <ul style="list-style-type: none"> <li>• GT Mão de Obra Irregular;</li> <li>• GT Política Agrícola;</li> <li>• GT Contaminantes;</li> <li>• GT Banco de Dados;</li> <li>• GT Boas Práticas.</li> </ul>



# ASSUNTOS DO NORDESTE

17

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

### **1. Liquidação/renegociação de dívidas de crédito rural**

Após décadas de negociação envolvendo o governo federal, o Congresso Nacional (em especial a bancada do Nordeste) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi publicada a Lei nº 13.340/2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas relacionadas às operações de crédito rural.

Esse diploma legal contemplou benefícios aos produtores rurais cujas propriedades se encontram nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As medidas abrangem, ainda, o norte do estado do Espírito Santo e os municípios do norte do estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene.

Esses produtores poderão liquidar ou renegociar suas dívidas de operações contratadas até 2011, seguindo as condições dispostas na referida lei. Além disso, poderão se beneficiar dos bônus oferecidos para liquidação de dívidas de crédito rural de qualquer fonte que foram inscritas ou encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União (DAU), até 29 de setembro de 2016.

A CNA realizou, ainda, tratativas com o governo federal para incluir em outro normativo as renegociações das operações rurais contratadas entre 2012 e 2016, não contempladas na Lei nº 13.340/2016, e que coincidem com o período crítico da seca do Nordeste.

### **2. Venda em Balcão**

A CNA realizou tratativas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para incluir os médios produtores rurais no Programa Venda em Balcão (PVB). Atualmente, a clientela desse programa deve, necessariamente, ser de dois grupos: a) agricultor familiar detentor da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou b) agricultor familiar não detentor da DAP (Lei 11.326/2006), ou seja, o produtor rural não poderá ter área maior que 4 (quatro) módulos fiscais. Esses grupos foram definidos e adotados pela Conab a partir de abril deste ano.

Isso prejudicou muitos produtores rurais nordestinos que necessitam de milho e que, a partir dessa nova normativa da Conab, estão fora do PVB. O milho é um importante componente na ração de muitas criações, tendo em vista que os elevados preços contribuem na inviabilização de atividades rurais, especialmente, no Nordeste.

A Conab se sensibilizou com os números apresentados pela CNA e se comprometeu em estudar o caso para uma possível adequação no PVB.

### **3. Políticas diferenciadas para a região Nordeste**

A CNA encaminhou ao governo federal o documento intitulado “Propostas para a evolução do setor agropecuário” com capítulo específico sobre a necessidade de estruturar políticas diferenciadas para os municípios localizados na área de atuação da Sudene, incluindo a criação de Programa para o Médio Produtor Rural do Semiárido (Pronamp Semiárido) e da Câmara Temática do Semiárido, de modo a promover a recuperação da capacidade produtiva dos estabelecimentos rurais nordestinos.

### **4. Capacitações para técnicos das Federações/e das Administrações Regionais do SENAR no Nordeste**

Organização e realização na Embrapa Semiárido dos cursos:

- a.** Atualização no Manejo e Uso da Palma Forrageira para Rebanhos Leiteiros da Região Semiárida. Temas abordados: manejo da palma forrageira, controle de pragas, formulação de ração com palma forrageira para rebanhos leiteiros e controle da cochonilha do carmim, praga que vem dizimando os palmais do Nordeste e causando prejuízos econômicos, principalmente em períodos de forte estiagem.
- b.** Curso Novo Enfoque Tecnológico de Convivência com o Semiárido. Temas abordados: cisternas de produção; captação de água de chuva para produção vegetal: barragem subterrânea; capacidade de suporte hídrico e alimentar dos sistemas pecuários do semiárido / unidade de referência em agricultura biosalina; integração lavoura-pecuária-floresta (Caatinga) /aumento da sustentabilidade dos sistemas de produção animal no semiárido; plantas forrageiras nativas e adaptadas ao semiárido; conservação de forragem: fenação, ensilagem e amoniação. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

### Regularização das Dívidas Rurais

A Lei nº 13.340/2016 representa um grande avanço na resolução da problemática do endividamento rural na Região Nordeste, por autorizar descontos para liquidação e renegociação de dívidas de operações rurais contratadas até 2011. A opção pela liquidação ou renegociação poderá ser feita pelos produtores rurais até 29/12/2017.

Os produtores terão descontos que variam de 10% a 95% sobre o saldo devedor, se optarem pela liquidação, enquanto que na renegociação esses descontos chegam até 80% sobre as parcelas renegociadas. Essa lei representa uma grande oportunidade para a reinserção econômica e produtiva dos produtores rurais nordestinos.

### Reativação do Condel/Sudene

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene) foi reativado pelo Ministério da Integração Nacional. Nos últimos três anos, esse fórum não se reuniu e suas decisões foram aprovadas "ad referendum". O Condel/Sudene é órgão máximo de articulação e decisões estratégicas dessa autarquia, incluindo a definição das diretrizes e prioridades de sua atuação, em especial, no que se refere ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Na ocasião, ocorreu uma aproximação institucional da CNA, representada pelo Vice-presidente diretor e Presidente do Sistema FAEPA/SENAR-PB, Mário Borba e o Superintendente da Sudene, Marcelo Neves.

### Monitor de Secas

Lançado pelo Governo Federal, em parceria com agências de água, clima e meio ambiente e órgãos de governos estaduais e federais que atuam nos nove estados do Nordeste, o monitor de secas representa importante instrumento de acompanhamento (monitoramento) regular e periódico da situação da seca no Nordeste.

O principal produto do Monitor é um mapa mensal que acompanha a progressão da situação da seca em cinco categorias: excepcional, extrema, grave, moderada e fraca. O mapa do Monitor de Secas pode ser acessado em: <http://monitordesecas.ana.gov.br/>

# ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

18

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

### **1. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**

A CNA continua acompanhando a questão do processo de municipalização do ITR, especialmente sobre a prestação de informações do valor da terra nua (VTN) pelas prefeituras à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A majoração dos valores informados pelos municípios continua ocorrendo apesar da tentativa de a RFB regulamentar o processo incluindo a previsão de justificativas técnicas e parâmetros mínimos de consistência por meio da IN nº 1.562/2015. Continuam ocorrendo problemas de intimações aos contribuintes por divergências do VTN. O pleito da CNA, feito no ano passado, de participação no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) foi negado em função da falta de previsão legal. Dessa forma, a CNA, por meio da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, decidiu pleitear alterações na legislação que trata do tema no sentido de corrigir as falhas na prestação de informações de VTN pelos municípios e de incluir a CNA no CGITR.

### **2. Unificação dos cadastros de imóveis rurais**

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciaram um processo de vinculação dos cadastros de imóveis rurais mantidos isoladamente por cada uma das instituições. Com a publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 1.581/2015, todos os produtores rurais passaram a ter o prazo de 19 de agosto de 2016 para atualizarem seus cadastros junto ao Incra e procederem a vinculação dos imóveis rurais com o imóvel correspondente no cadastro da Receita Federal. A CNA passou a acompanhar esse processo de vinculação cadastral em julho de 2016 com o objetivo de contornar eventuais problemas que possam ocorrer aos produtores rurais.

### **3. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)**

A CNA reuniu-se com o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ocasião em que tratou, entre outros temas, do credenciamento dos sindicatos rurais como Unidades Municipais de Cadastro (UMC). Esse credenciamento é um pleito antigo do Sistema CNA que pode tanto agilizar a atualização cadastral, quanto incrementar a prestação de serviços ofertados pelos sindicatos aos produtores rurais.

#### **4. Regularização fundiária na Amazônia Legal**

A CNA continua atuando junto ao Poder Executivo no sentido de dar celeridade na titulação individual das ocupações rurais em áreas da União na Amazônia Legal por meio do Programa Terra Legal (Lei 11.952/2009).

#### **5. Ratificação de títulos em faixa de fronteira**

A CNA participou de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados com o objetivo de discutir a questão da ratificação de títulos emitidos pelos estados em faixa de fronteira. Com a publicação da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, essa ratificação deveria ser feita de ofício. Entretanto identificamos que a lei precisa de regulamentação no sentido de dar segurança jurídica aos agentes responsáveis pelo processo de ratificação. Nesse sentido, a CNA trabalha na construção dessa regulamentação junto ao Poder Executivo.

#### **6. Viagem de reconhecimento aos estados**

A CNA tem feito visitas às Federações com maiores problemas de ordem fundiária. Foram visitadas as Federações de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Fama-sul), Amazonas (Faema), Roraima (Faerra) e Pará (Faepa). Além de conhecer a estrutura e a atuação da Federação, participamos de reuniões com as equipes locais envolvidas com as questões fundiárias de cada estado.

#### **7. Mapa Nacional de Conflitos Fundiários**

A CNA e o Instituto CNA definiram a metodologia para elaboração de um mapeamento nacional de conflitos fundiários. O mapeamento será elaborado por um consultor na área de antropologia e deve subsidiar o primeiro diagnóstico nacional de conflitos de ordem fundiária. A expectativa é que tenhamos, em dezembro de 2016, uma versão preliminar do mapa nacional de conflitos fundiários e os primeiros diagnósticos estaduais. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Vinculação Cadastral Incra – Receita Federal IN 1.581/2015	Adiamento do prazo para vinculação dos cadastros de imóveis rurais da Receita Federal do Brasil e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Integração dos cadastros de terras do governo federal	Inclusão da CNA no processo de discussão da Unificação dos Cadastros Públicos de terras do Brasil.



# **LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA**

**19**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

### 1. Pedral do Lourenço e Hidrovia Tietê-Paraná

Com a finalidade de discutir ações para garantir a navegabilidade nas hidrovias, a CNA participou do GT do governo federal e representantes do setor aquaviário (G6+1). Entre os avanços, há um destaque para a conclusão da fase de licitação do derrocamento do Pedral do Lourenço, na Hidrovia do Tocantins, trecho de Marabá/PA à Vila do Conde/PA. Para concretização do certame, o edital passou por ajustes, uma vez que os processos anteriores resultaram em licitação deserta. Na Hidrovia do Paraná-Tietê (HTP), interditada desde 2014, a navegação foi retomada no primeiro bimestre. A estiagem e a priorização da geração de energia impediram a movimentação anual de 6,5 milhões de toneladas de cargas. Foram sugeridas obras de derrocamento, dragagem e ampliação de canais e vãos de pontes, de maneira que se mantenha o tráfego contínuo de embarcações com produtos agropecuários.

### 2. escoamento da safra e abastecimento do milho no Nordeste

A CNA contribuiu para a análise do cenário atual e das perspectivas da produção agrícola e na identificação dos gargalos existentes nos corredores de transportes. Também participou da equipe técnica formada por representantes das pastas da Agricultura, Transportes e Portos, que realizam diagnósticos das alternativas de abastecimento do milho do Nordeste. Em ambos, foram monitoradas as informações da safra atual, as projeções de produção, exportação e armazenagem e os custos de movimentação de produtos, por rota, origem e destino. As sugestões incluíram a manutenção, recuperação ou pavimentação de trechos rodoviários e a instalação do sistema de fiscalização eletrônica em terminais portuários, com foco no agendamento de caminhões. Ainda foram feitas recomendações para a priorização dos conceitos de intermodalidade e multimodalidade no planejamento governamental, definição de marcos regulatórios nos modais rodoviários, ferroviários e de navegação de cabotagem e ampliação das linhas de financiamento de armazéns.

### 3. Reestruturação do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC)

Participação no Fórum Permanente para Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, criado pela Portaria nº 101/2015, após paralisações por parte dos caminhoneiros autônomos. Foram instituídos grupos para análise das questões operacionais, trabalhistas e regulatórias do setor, com a finalidade de aperfeiçoar o TRC e buscar a prestação adequada do serviço de transporte. A CNA, como representante dos embarcadores de cargas e integrante da equipe designada para debater o valor do frete rodoviário, posicionou-se contra a imposição da tabela mínima de frete e favorável à manutenção dos princípios de livre mercado e concorrência. Outras discussões incluíram a formulação de marco regulatório do setor (Projeto de Lei nº 4.860/2016), que abrangem questões como vale-pedágio, combustíveis, estadia, Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Carga (RNTRC), Transportador Autônomo de Carga (TAC), Pontos de Parada de Descanso (PPD) e Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot).

### 4. Definição das poligonais dos Portos

Defesa da conclusão do processo de delimitação das poligonais ou áreas dos portos organizados, nos principais fóruns e entidades públicas responsáveis pelo setor produtivo e portuário. O tema foi considerado nas reuniões da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG/Mapa) e com o ministro da Secretaria dos Portos (SEP). A definição dos limites geográficos de jurisdição e de atuação do porto permite a autorização e implantação de terminais de uso privado (TUPs) e, consequentemente, a ampliação da oferta e da capacidade de operação portuária.

### 5. Acordo Bilateral Brasil-Chile

Reunião com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) e Ministérios das Relações Exteriores (MRE), para a denúncia do Acordo Bilateral de Transporte Marítimo de 1974, entre o Brasil e o Chile. O convênio estabelece exclusividade de transporte aos navios de bandeiras brasileiras e chilenas. A manutenção dessa regra promove reserva de mercado, concede poder de negociação aos armadores, impede a livre concorrência entre os ofertantes do serviço e resulta em custos de frete elevados e menor competitividade das transações comerciais. A ausência de competição na rota eleva o valor do frete em 47% (Brasil-Chile) e 37% (Chile-Brasil) e há incremento aos produtos do agronegócio em 1,28%. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Sugestões de ajustes no edital de derrocamento do Pedral do Lourenço, na Hidrovia do Tocantins e de medidas que garantam a navegação ininterrupta na Hidrovia Tietê-Paraná (HTP)	Licitação do Edital 499/2015, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação (RDC), com elaboração integrada do projeto básico, executivo, licenciamento ambiental e obras. Restabelecimento da navegação da Hidrovia Tietê-Paraná (HTP).
Participação nos grupos de trabalhos para propor intervenções no setor de logística e infraestrutura, que permitam o escoamento da safra e o abastecimento de produtos agropecuários	Fluidez no escoamento da safra, o que inclui a mitigação do congestionamento de veículos e de cargas, comuns nos acessos portuários (agendamento e fiscalização).
Posição contrária à fixação de valor frete no Transporte Rodoviário de Carga (TRC) e formulação de propostas para aprimoramento da prestação do serviço e para a construção de marco regulatório do setor (Projeto de Lei 4.860/2016)	Criação de grupos de trabalhos entre transportadores, embarcadores e governo, para subsidiar tecnicamente o Projeto de Lei 4.860/2016 (marco regulatório).  Continuidade da prestação do serviço, sem interrupções (paralisações) e do princípio de livre concorrência na formulação do preço do frete.
Atuação nos órgãos responsáveis pelos portos organizados, para solicitar agilidade na delimitação das áreas portuárias e liberação de investimentos da iniciativa privada para a instalação de Terminais de Uso Privado (TUPs)	Publicação do Decreto 8.888/2016 que alterou a poligonal da área do Porto de Vitória (ES) e do Decreto 11/2016, que definiu as áreas do Porto de Antonina (PR) e do Porto de Paranaguá (PR).  Assinatura de portarias para abertura do processo de revisão das áreas nos portos em Belém, Santarém (PA) e Manaus (AM).
Denúncia, ao MDIC e ao MRE, do acordo de exclusividade de transporte entre navios de bandeira brasileira e chilena	Aprovação unânime pelos Ministros da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX/PR) da denúncia do Acordo Bilateral de Transporte Marítimo de 1974 (Brasil-Chile). Aguarda-se avaliação do parecer emitido pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

**TRABALHO E  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**20**

# AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

## COMISSÃO NACIONAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

O setor agropecuário continuou gerando emprego e renda, apesar da crise econômica dos últimos dois anos. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho, nos primeiros nove meses de 2016, foram criados 74 mil e 811 novos postos de trabalho na Agricultura, representando aumento de 4,81%, em relação ao ano anterior. Nos demais setores da economia, houve recuo, com o fechamento de mais de 683 mil postos de trabalho<sup>1</sup>.

Na esfera legislativa, a CNA dispensou atenção aos Projetos de Lei que detinham propostas relevantes, assinala-se sobre a regulamentação da terceirização e a que incentivava a ampla negociação entre sindicatos econômicos e profissionais.

Já no Poder Executivo, no início do ano, foi entregue ao ministro do Trabalho à época, Miguel Rossetto, documento propondo a alteração do Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), atual Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS). Este documento acarretou a instituição de um Grupo de Trabalho para debater o atual regimento do Conselho, de forma a deixar mais transparente a escolha dos conselheiros, independente de sua representação.

Ato contínuo foi entregue ao atual ministro do Trabalho com uma proposta de revisão integral da Norma Regulamentadora (NR) nº 31, que trata da Segurança e Saúde do Trabalhador Rural. O Ministério do Trabalho em conjunto com a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República editaram a Portaria Interministerial nº 04, de 2016, que trata sobre a lista Suja. As novas regras são ainda mais rígidas do que as antigas.

O Poder Judiciário, por intermédio do STF, acatou medida cautelar suspendendo todos os processos e efeitos de decisões, no âmbito da Justiça do Trabalho, que discutiam a aplicação da ultratividade das normas nas negociações coletivas. A ultratividade das normas contraria preceitos constitucionais ao estabelecer que as cláusulas previstas em convenções ou acordos coletivos integram os contratos individuais de trabalho, mesmo depois de expirada sua validade.

No que se refere à previdência, o assunto de grande destaque foi a inconstitucionalidade da desaposentação, que é a possibilidade do segurado já aposentado voltar a trabalhar e se aposentar novamente com benefício maior. O Supremo entendeu que

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>> Acesso em: 31 out. 2016..

apenas por meio de lei é possível criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à desaposentação.

Outro ponto que deve ser salientado é a aprovação, pelo Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), de seis alterações na forma de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). De forma geral, as alterações foram benéficas para o empresariado rural, tendo em vista que as alterações aprovadas acarretarão em redução nas alíquotas, bem como irão estabelecer uma nova forma de classificação das empresas.

Houve avanço também na atualização do banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) com o treinamento de 163 (cento e sessenta e três) presidentes e colaboradores de sindicatos, vinculados à CNA, que foram devidamente habilitados à utilização do sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por fim, o prazo de implementação do eSocial foi postergado, com o início da obrigatoriedade prevista para 1º de janeiro de 2018, para os empregadores e contribuintes com faturamento anual acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e a partir de 1º de julho de 2018, para os demais empregadores e contribuintes. O sistema anteriormente estava previsto para se iniciar em setembro de 2016. □

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DO SETOR EM 2016

Revisão da NR 31	Proposta entregue ao Ministério do Trabalho.
Terceirização	Aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, na Câmara dos Deputados.
eSocial	Prorrogação para janeiro de 2018 visando maior segurança aos usuários.
Ultratividade da norma	Respeitado o prazo de validade dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.
Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	Modificação no cálculo do FAP, uma forma mais transparente e benéfica ao produtor.
Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	Palestras nas Federações sobre o assunto.

**FACULDADE  
CNA**

**21**



# ENSINO SUPERIOR TAMBÉM A DISTÂNCIA

---

O ano de 2016 marcou o início da oferta de cursos também a distância da Faculdade de Tecnologia CNA, a inauguração da sede própria da faculdade e a formatura da primeira turma de graduação em Agronegócio, que forma tecnólogos especializados na área de gestão.

A Faculdade de Tecnologia CNA, primeira voltada exclusivamente para o agronegócio, foi criada pelo Sistema CNA/SENAR para formar profissionais de nível superior à altura da inovação e tecnologia presentes na agropecuária brasileira. Agora, também à distância, a Faculdade CNA pretende levar a todos os lugares a mesma educação de qualidade, adequada às necessidades dos produtores e trabalhadores rurais, aprovada com nota máxima pelo Ministério da Educação no formato presencial.

“Daqui a 10 anos serão as novas tecnologias, novos conhecimentos e a nova gestão das propriedades que vão fazer com que a nossa agropecuária seja totalmente diferente do que é hoje. Isso não se faz com um toque de mágica. Isso se faz com pessoas competentes, que possam colocar a nossa agropecuária em um novo patamar de competitividade.”

João Martins Pres. do Sistema CNA/SENAR

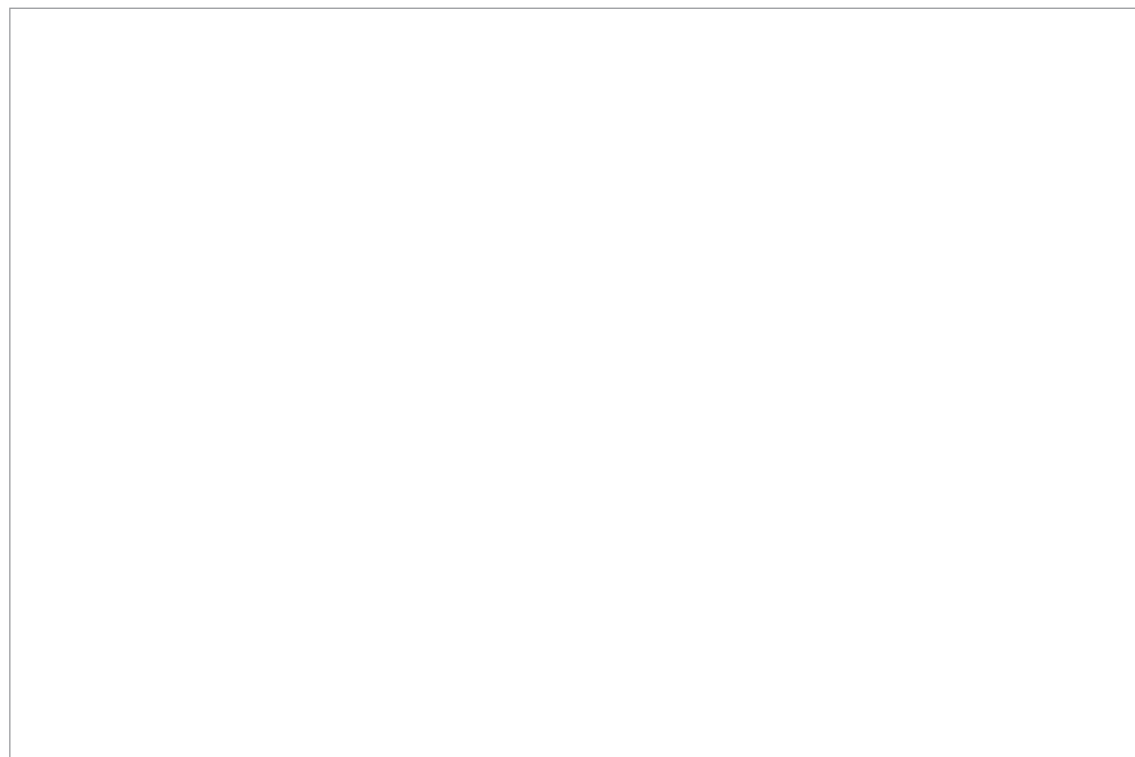
## 1. Cursos totalmente online

Com o crescimento acelerado do setor agropecuário e a adoção das novas tecnologias no campo, as empresas rurais exigem, cada vez mais, procedimentos diferenciados e pessoas qualificadas para o trabalho na área.

A gestão de pessoas no setor rural é hoje um dos grandes desafios para os produtores e, por isso, a Faculdade CNA oferece um programa completo de cursos a distância.

O curso de Extensão em Gestão de Pessoas no Setor Rural, lançado em agosto de 2016, oferece cinco módulos com foco em legislação trabalhista, procedimentos de RH, contabilidade, recrutamento, seleção, treinamento, relações interpessoais e qualidade de vida.

A Faculdade CNA a Distância está dando andamento ao processo de credenciamento junto ao MEC para a instalação de 19 polos de apoio nas seguintes cidades: Santa Iza-bel do Pará (PA); Gandu e Luís Eduardo Magalhães (BA); Cachoeiro do Itapemirim e Rio Bananal (ES); Barra Mansa (RJ); Manaus (AM); Cuiabá (MT); Campo Grande e Dourados (MS); João Pessoa e Campina Grande (PB); Palmas (TO); Maceió (AL); Alexânia, Valpara-íso (GO); Fortaleza (CE); Parnamirim (RN).



## 2. Cursos presenciais

A Faculdade CNA oferece, em sua sede em Brasília, o curso de Graduação em Agro-negócio e dois de pós-graduação: “Gestão de Projetos em Agronegócio” e “Gestão Empresarial em Agronegócio”. Também dispõe de um polo presencial em Alexânia, município de Goiás, na sede do Sindicato de Produtores Rurais, onde mais de 30 pro-fissionais estão cursando a pós-graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio.

A nova sede da Faculdade de Tecnologia CNA está localizada em dois anda-res do Palácio da Agricultura, no Setor Bancário Norte, em Brasília. São seis salas de aula para a graduação e duas salas para a pós-graduação, todas com equipamentos multimídia. Além das áreas administrativas e pedagógicas, o espaço conta com biblioteca especializada, laboratório de informática e área de convivência.

**CANAL DO  
PRODUTOR TV**

**22**

# CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS DO BRASIL

---

Levar conhecimento técnico, capacitação tecnológica e informação para os produtores rurais. Esse era o desafio do Sistema CNA/SENAR, que optou investir em um canal de televisão para chegar a todas as regiões do país. Assim, nasceu a ideia do Canal do Produtor TV.

Para concretizar esse importante projeto foi realizada uma parceria com o Canal Rural, a principal emissora do agronegócio brasileiro. Com isso, o Canal Rural criou o Canal Rural X, que disponibiliza o sinal para as antenas parabólicas digitais, que podem alcançar mais de 3,5 milhões de lares. Sem contar a transmissão pelo site do próprio Canal Rural e no portal do Canal do Produtor na internet.

Na programação, um conjunto de programas pensados para orientar os produtores rurais e capacitar os profissionais em assistência técnica e gerencial. Saúde e qualidade de vida também fazem parte do Canal. Espaço para debates e análises são outro diferencial. Além da cobertura das principais notícias do setor agropecuário em todo país.

Depois de oito meses no ar, o Canal do Produtor TV conseguiu consolidar uma programação atraente com aulas, capacitações e informações para produtores rurais, profissionais do campo (agrônomos, veterinários, zootecnistas, trabalhadores) e lideranças sindicais. O Canal se tornou referência quando se busca notícias do setor.

Essa conquista só foi possível pela integração do sistema CNA/SENAR, Federações e sindicatos, que contribuíram para criar a maior rede de comunicação do país. Hoje, a participação das entidades representativas dos produtores rurais é fundamental para uma programação diversificada, que mostra a realidade e as dificuldades enfrentadas em todas as regiões. Mas também apresenta soluções e ideias, que podem ser levadas a todas as regiões brasileiras.

O ano de 2017 vai ser o momento de ampliar o número de pessoas que assistem a Maior Escola da Terra. Para isso, o Sistema CNA/SENAR vai realizar novas ações de divulgação em parceria com federações e sindicatos.

Transformar cada sindicato em uma sala de aula é a nova meta do Canal do Produtor TV. Fazer dos sindicatos um ponto de encontro para troca de experiências e ampliar o conhecimento sobre agricultura e pecuária. Mais um serviço que as entidades poderão prestar aos associados.

Outra iniciativa importante é aumentar ainda mais a participação das federações e sindicatos na programação. Com novos recursos tecnológicos, as entidades estaduais e municipais terão mais espaço no Canal. Inclusive com entradas ao vivo pelo sistema de videoconferência. □

**SENAR**  
**EDUCAÇÃO E**  
**ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**23**

# EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

---

A necessidade de adaptação dos produtores brasileiros às mudanças climáticas entrou definitivamente na pauta do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em 2016. A entidade, que já desenvolvia o projeto ABC Cerrado, focado na difusão de tecnologias de baixa emissão de carbono, avançou na busca de novas parcerias internacionais para auxiliar o produtor rural na chamada resiliência climática.

Firmou a primeira parceria com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM), para disseminar práticas de agricultura de baixo carbono na região amazônica, e promoveu o I Seminário Internacional “Resiliência Climática e Descarbonização da Economia”. No evento, a metodologia de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do SENAR foi apresentada como fundamental para o País vencer os desafios das mudanças climáticas. A produção assistida pode juntar a pesquisa com a implementação tecnológica e, assim, impulsionar o desenvolvimento produtivo, econômico e social do setor agropecuário.

## AÇÕES E CONQUISTAS 2016

---

### UM MODELO INOVADOR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Baseado em transferência de tecnologia e gestão, o modelo inédito de ATeG do SENAR segue em expansão. Atualmente, 23 Administrações Regionais desenvolvem ações em 60 mil propriedades rurais, oferecendo consultoria técnica e gerencial, de forma efetiva e constante.

Para garantir qualidade nas atividades de ATeG nos estados e atender a demanda de capacitações, o SENAR ampliou a equipe de instrutores da metodologia, composta agora por 11 profissionais. Treinou, em 2016, mais de mil técnicos de campo e 87 supervisores, de 17 Administrações Regionais.

Como material de apoio aos técnicos de campo, a coleção de apostilas gerenciais que abordam os cálculos de custos de produção, a interpretação de indicadores e planejamento ganhou dois novos volumes, abrangendo, agora, 11 cadeias produtivas. O SENAR lançou, ainda, nove volumes de Cadernos do Produtor para subsidiar e facilitar o controle e anotações do produtor em suas atividades.

Os dados técnicos e gerenciais são coletados nas propriedades atendidas pelos técnicos de campo, que utilizam um software do SENAR, e compilados em uma Central de Inteligência na Administração Central. Hoje, o banco de dados já é alimentado por técnicos de 18 Administrações Regionais, em cinco cadeias produtivas.

## ENSINO TÉCNICO AVANÇA

---

### MAIS OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

Em 2016, o SENAR ampliou para 80 a sua rede de polos de apoio para garantir formação técnica a um número maior de jovens do campo, em 22 estados e no Distrito Federal. O Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio, ofertado a distância pelo Programa Rede e-Tec Brasil no SENAR, alcançou 6.500 matrículas.

Com duração de dois anos, o curso tem conteúdos multidisciplinares, abrangendo as áreas de Administração, Agronomia e Contabilidade, num total de 1.230 horas. O objetivo é habilitar tecnicamente o aluno para executar atividades em propriedades e empresas rurais, na gestão e comercialização das atividades produtivas.

Para isso, a metodologia utilizada foca a realidade rural e emprega diferentes mídias como material impresso, videoaulas, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e um diferencial importante: parte do curso acontece nos polos de apoio para atividades práticas, avaliações e visitas técnicas a propriedades e agroindústrias.

### CENTROS DE EXCELÊNCIA DO SENAR

O SENAR iniciou, em 2016, as obras de construção do primeiro Centro de Excelência em Educação Profissional e Tecnológica. Localizado em Juazeiro (BA), o Centro está vocacionado para a cadeia produtiva de Fruticultura. A implantação foi possível pelas parcerias e convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além deste, está em andamento o processo de contratação do Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte, em Campo Grande (MS).

Os Centros de Excelência vão oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico de Nível Médio e Tecnológico de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância.



## TÉCNICOS EM FLORESTAS PARA O MERCADO

Em 2016, o SENAR formou a segunda turma do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, oferecido no Centro de Formação de Palmas (TO). A estrutura é a primeira unidade de ensino do SENAR, após autonomia chancelada pelo Ministério da Educação.

Além da teoria, eles têm aulas em campo e acesso a equipamentos de alta precisão, como os simuladores virtuais de colheita florestal, um software canadense que permite testar os procedimentos de corte e retirada de madeira de reflorestamento. Com isso, os alunos saem prontos para o mercado de trabalho, em franca expansão no estado e no país.

## PRODUTIVIDADE E RENDA COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL

---

Com o objetivo de preparar o produtor e o trabalhador rural para o mercado de trabalho, o empreendedorismo e a produção com sustentabilidade, o SENAR amplia suas ações de promoção social, cursos de formação profissional e programas especiais todos os anos.

São realizados investimentos na busca permanente da eficiência e da qualidade dos serviços prestados ao seu público. Treina periodicamente mobilizadores, instrutores, supervisores e equipe técnica.

## INCENTIVO AO USO DE TECNOLOGIAS ABC NO CERRADO BRASILEIRO

O projeto ABC Cerrado desenvolvido pelo SENAR em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com recursos do Banco Mundial, ganhou impulso em 2016.

Com o apoio de especialistas da Embrapa, o SENAR produziu as cartilhas sobre as tecnologias do projeto: recuperação de pastagens degradadas, Sistema Plantio Direto, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e florestas plantadas. Além disso, capacitou 60 instrutores e quase 3,5 mil produtores dos estados participantes: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Tocantins.

Em 2016, o SENAR também iniciou a etapa de produção assistida e preparou 160 técnicos de campo na metodologia de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), que já estão atuando em 1.570 propriedades de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Além da transferência de tecnologia, o projeto vai avaliar o impacto dessas intervenções na efetiva adoção das práticas ABC pelo produtor rural.

## FAO E SENAR INVESTEM NA RECUPERAÇÃO DA AMAZÔNIA

Primeira parceria do SENAR com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM) disseminou, em 2016, práticas de Agricultura de Baixo Carbono na região amazônica.

O PRADAM tem foco na capacitação de profissionais ligados à assistência técnica pública e privada e na sensibilização de produtores e demais agentes envolvidos nos processos de produção rural, para adoção de tecnologias apropriadas ao bioma Amazônico.

O SENAR capacitou técnicos na metodologia de ATeG e, com a Embrapa e o Ministério da Agricultura, realizou seminários sobre Sistema Plantio Direto, Recuperação de Áreas Degradadas e Sistemas Agroflorestais, com destaque para a Integração Lavoura-Pecuária-Florestas (ILPF), nos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Rondônia.

## AGRICULTURA IRRIGADA

Apesar do imenso potencial que possui para a irrigação, o Brasil aplica a tecnologia em menos de 10% da área agrícola (equivalente a cerca de cinco milhões de hectares). Para contribuir com o uso racional dos recursos hídricos, o SENAR desenvolveu o Programa Nacional de Irrigação.

O programa de irrigação tem três focos principais: o primeiro é incentivar a adoção de tecnologias de irrigação, assegurando alimentos na safra, principalmente em regiões de escassez de chuva, onde a agricultura irrigada é sinônimo de sobrevivência. Os outros dois são fomentar o incremento da agricultura irrigada, através da transferência de tecnologia e melhoria da produtividade, e promover a utilização de técnicas de irrigação de precisão, manejo do solo, da água e da proteção de nascentes favorecendo o uso sustentável de recursos naturais, tendo como foco a gestão econômica e viabilidade dos projetos.

Em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Secretaria Nacional de Irrigação (Senir) e o Instituto Inovagri, o SENAR capacitou, em 2016, 31

instrutores das regionais que aderiram ao programa: Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Sergipe, Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em 2017, os instrutores iniciarão a capacitação de produtores e trabalhadores rurais na utilização da irrigação, como tecnologia que garante a segurança alimentar, preservando os recursos naturais e melhorando a produtividade.

## JOVENS LIDERANÇAS PARA O AGRO

O SENAR realizou, em 2016, a segunda edição do programa de desenvolvimento de lideranças CNA Jovem, que identifica e impulsiona a carreira de brasileiros do campo, com idade entre 22 e 30 anos. Desta vez, num processo que fez diferença na escolha dos jovens: uma etapa estadual, realizada em 19 estados e que envolveu 323 jovens.

Eles apresentaram planos de ação para enfrentar desafios da agropecuária de seus estados e, aqueles que se destacaram, participaram da etapa nacional, em Brasília, entre os meses de julho e novembro.

O CNA Jovem é baseado em uma metodologia de liderança empreendedora, com carga horária de 240h, entre atividades presenciais e remotas. Na etapa nacional, participaram 81 jovens de 22 Unidades da Federação. Ao final da edição 2016, eles apresentaram projetos individuais de liderança voltados para uma das cinco áreas foco: acadêmica, empresarial, política, institucional e sindical. Os três vencedores ganharam uma viagem para a Nova Zelândia, em março de 2017, e um curso presencial de inglês.

## NOVOS CURSOS A DISTÂNCIA E MAIS UM PRÊMIO

O SENAR ampliou o número de cursos oferecidos no portal de educação a distância e fecha 2016 com 115 mil matrículas. São 54 cursos, totalmente gratuitos, distribuídos em oito programas, sendo sete com foco na inovação, gestão da propriedade e empregabilidade do trabalhador rural ou profissional técnico interessado em se atualizar. Nesse ano, também foi criado um programa específico para desenvolver a formação continuada dos instrutores e técnicos que prestam serviço à entidade.

Foram lançados, em 2016, os cursos Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Bioma Cerrado e Sustentabilidade na Produção do Café em parceria com a Plataforma Global do Café. Dois programas - Agricultura de Precisão e Gestão de Riscos

(NR 31) - foram desenvolvidos pelo SENAR de Goiás e ofertados pelo SENAR Brasil no portal EaD.

Uma ação que merece destaque é o curso Atualização do Plano Instrucional a distância. Direcionado a instrutores e técnicos das Administrações Regionais, o objetivo é alinhar os conceitos e a metodologia utilizada pelo SENAR na elaboração do plano instrucional.

A qualidade dos cursos a distância, sempre atualizados e sintonizados com as exigências do mercado de trabalho, garantiu ao SENAR, pelo sexto ano consecutivo, a conquista do Prêmio e-Learning Brasil.

O programa premiado foi o Campo Sustentável, com três cursos voltados para proteção do meio ambiente: Cadastro Ambiental Rural (CAR), Proteção de Nascentes e Prevenção do Fogo na Agricultura. Desde 2015, quando as matrículas começaram, mais de 33 mil pessoas do meio rural foram capacitadas.

## IMPULSO NA PRODUÇÃO DE CARTILHAS

O SENAR reforçou a produção de cartilhas distribuídas nos cursos de Formação Profissional Rural e, a partir de 2017, vai disponibilizar a todas as Administrações Regionais 40 novos títulos.

As cartilhas da coleção SENAR têm linguagem simples, clara e didática. Ilustrações e fotos que auxiliam no entendimento dos procedimentos técnicos.

Todo material é desenvolvido seguindo as normas descritas na legislação vigente, em termos de Saúde e Segurança do Trabalhador, nos aspectos ergonômicos, de periculosidade, de uso correto de EPIs, de manipulação adequada de ferramentas e equipamentos, de assepsia, entre outros. Também seguem as normas descritas em legislação vigente de Vigilância Sanitária, observando os aspectos referentes a instalações, equipamentos, utensílios, materiais, manipulador, produtos, entre outros.

## MAIS SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

---

O SENAR, que há mais de duas décadas promove ações de Promoção Social no campo, ampliou os investimentos em prevenção de saúde e qualidade de vida, durante 2016.

Promoveu o primeiro Encontro Nacional de Promoção Social para Saúde Preventiva, que reuniu especialistas em saúde e mais de 50 técnicos de 25 Administrações Regionais, em Brasília. Durante o evento foi divulgado o resultado da pesquisa que levantou as principais demandas do meio rural nas áreas de saúde da mulher, do homem, da criança, dos adolescentes e dos idosos. A partir da pesquisa, o SENAR vai traçar novas diretrizes para as atividades de Promoção Social em conjunto com as regionais.

Para realizar essas ações, o SENAR conta com diversos parceiros que vão desde o local para realização das atividades aos médicos que prestam os atendimentos.

Um desses parceiros é o Instituto Lado a Lado pela Vida, que promove campanhas como Setembro Vermelho (cuidados com o coração) e Novembro Azul (câncer de pênis e de próstata). A parceria técnico-científica tem como foco a promoção da saúde do produtor, do trabalhador rural e de suas famílias, por meio de informação qualificada sobre as doenças que mais impactam o campo, de modo a propiciar o desenvolvimento de habilidades pessoais, mudanças de atitudes, além de outras ações que tragam a todos os envolvidos a conscientização para uma saúde melhor.

Juntos, o SENAR e o Instituto Lado a Lado produziram quatro cartilhas: Câncer de Pele e Melanoma, Câncer de Próstata, Cuidados com o Coração e Incontinência Urinária, além do folder Saúde e Autoestima da Mulher.

**INSTITUTO  
CNA**

**24**

O Instituto CNA (ICNA) é o braço do Sistema CNA e responsável pela elaboração e desenvolvimento de estudos e pesquisas sociais com foco no agronegócio, além de também desenvolver tecnologias alternativas para a produção.

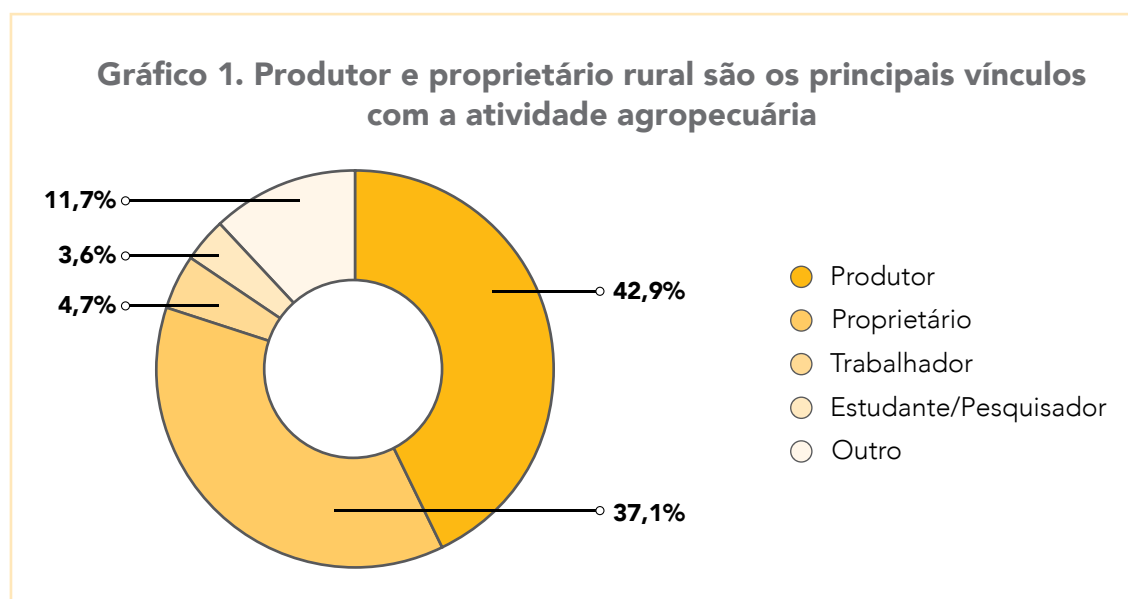
O ICNA fornece suporte técnico e institucional ao Sistema CNA na formulação de propostas de políticas públicas por meio de divulgação de informações técnicas e científicas.

## ESTUDOS E PESQUISAS

### SONDAGEM DA AGROPECUÁRIA

Realizada pela primeira vez em 2016, a sondagem da agropecuária é um levantamento de informações que busca conhecer a percepção do produtor rural brasileiro em relação às suas atividades produtivas. Por meio desta percepção, o Sistema CNA busca identificar os principais desafios e perspectivas para o setor agropecuário, além de propor melhorias nas políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento do setor agropecuário.

### PRODUTOR E PROPRIETÁRIO RURAL SÃO OS PRINCIPAIS VÍNCULOS COM A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA



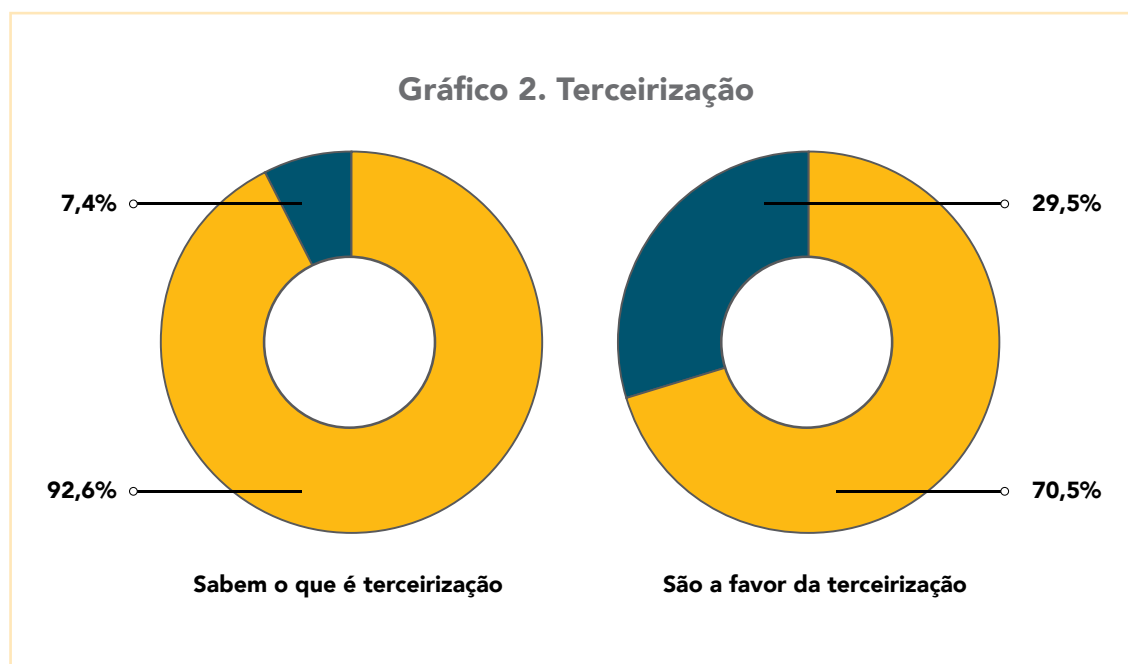
O principal vínculo identificado com a atividade produtiva rural são produtores rurais e proprietários, que, em conjunto, somaram 80% das respostas da sondagem

agropecuária. A atividade produtiva principal dos entrevistados está localizada na região Centro-Sul do País, com aproximadamente 60% das principais atividades produtivas localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Santa Catarina é o estado que mais concentra as atividades produtivas dos entrevistados (22%), seguido de Minas Gerais (14,3%), Mato Grosso do Sul (12,2%), São Paulo (12%) e Goiás (8,2%), respectivamente.

No primeiro semestre de 2016, os resultados apresentaram que houve queda na sua situação financeira, no entanto, o número de empregados e o volume da produção mantiveram-se estáveis. Em relação à "economia brasileira", "atividade agropecuária", "acesso a insumos", "acesso ao crédito" e "inadimplência", os resultados apresentados pelos entrevistados mostraram que houve piora.

Quando questionados sobre "infraestrutura para escoamento da produção", "segurança jurídica do setor", "mão de obra qualificada" e "seguro rural", os entrevistados responderam que não houve alteração no período analisado. Já em relação à "carga tributária", "taxa de juros e de câmbio", "insumos de produção", "custo de produção", "questões trabalhistas", "burocracia" e "problemas climáticos" os entrevistados consideraram que houve influência negativa nas suas atividades agropecuárias.

No tocante à terceirização na atividade agropecuária, 92,6% dos entrevistados afirmaram conhecer sobre o assunto e utilizar terceirização nas atividades relacionadas aos tratos culturais com a lavoura, como preparo do solo, plantio, pulverização e colheita. Do mesmo modo, para aqueles que ainda não utilizam a terceirização, foi manifestado interesse em terceirizar as atividades como preparo do solo, plantio, pulverização, até a colheita.



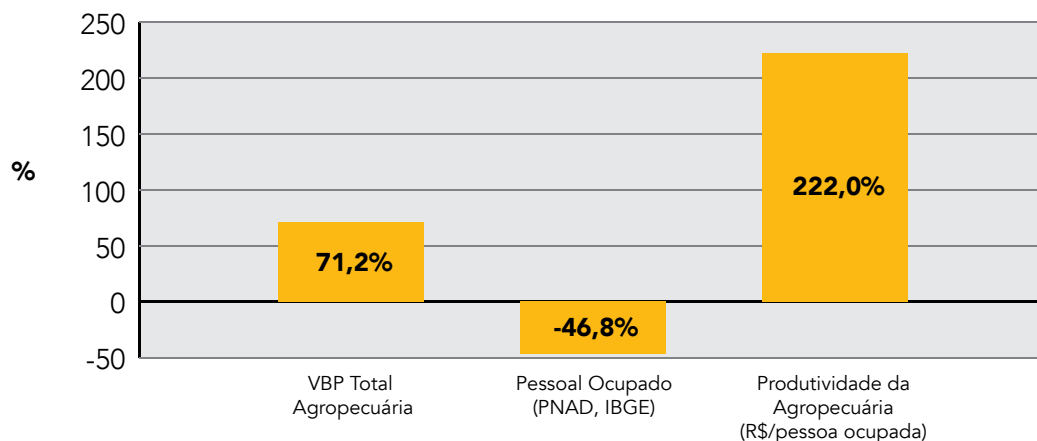


# PRODUTIVIDADE DA AGROPECUÁRIA

## BRASIL REDUZ NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGROPECUÁRIA, MAS MANTÉM ELEVADO O VBP

O ótimo desempenho do agronegócio brasileiro nos últimos anos baseou-se principalmente no aumento da produtividade dos produtos agropecuários. No entanto, a competitividade do agronegócio brasileiro pode ser afetada negativamente por diversos fatores, dentre eles a escassez de mão de obra qualificada e seu alto custo. Mesmo com essa escassez, a produtividade da agropecuária por trabalhador cresceu 222%, de 2006 a 2012, o que representa um crescimento médio anual de aproximadamente 32%.

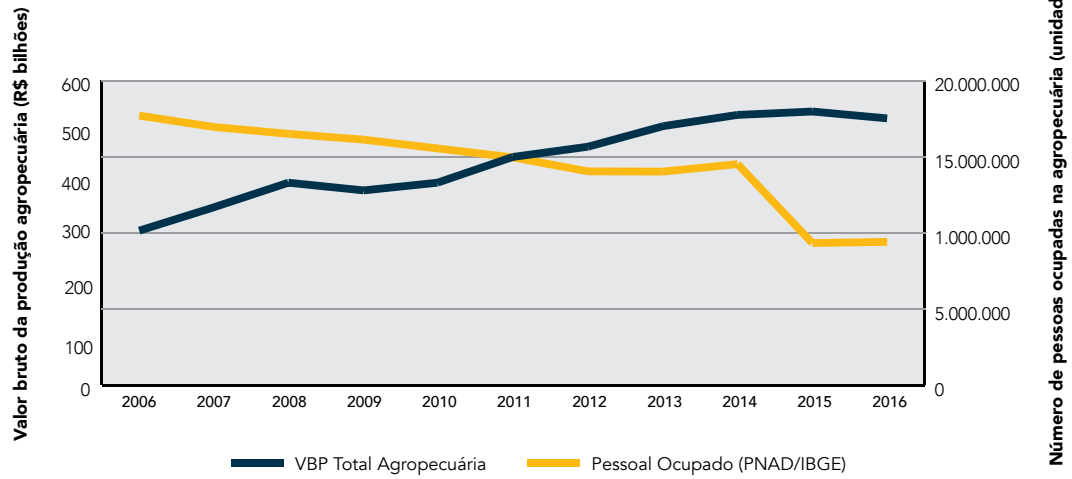
**Gráfico 3. Variação do VBP, pessoal ocupado na agropecuária e produtividade da agropecuária - ano 2006 a 2012**



Fonte: IBGE. Elaboração: ICNA.

O Gráfico 4 mostra que, na última década, houve redução de aproximadamente 50% do número de pessoas ocupadas na agropecuária. No entanto, para o mesmo período analisado, o valor bruto da produção agropecuária teve aumento da ordem de 70%. A relação inversa entre estas duas variáveis pode ser atribuída ao aumento do uso de tecnologias, com máquinas e equipamentos, por exemplo, entre outros fatores. Ou seja, a redução do número de pessoas ocupadas na atividade agropecuária é reflexo da modernização desta atividade no Brasil.

**Gráfico 4. Número de pessoas ocupadas na agropecuária x Valor Bruto da Produção (VBP)**

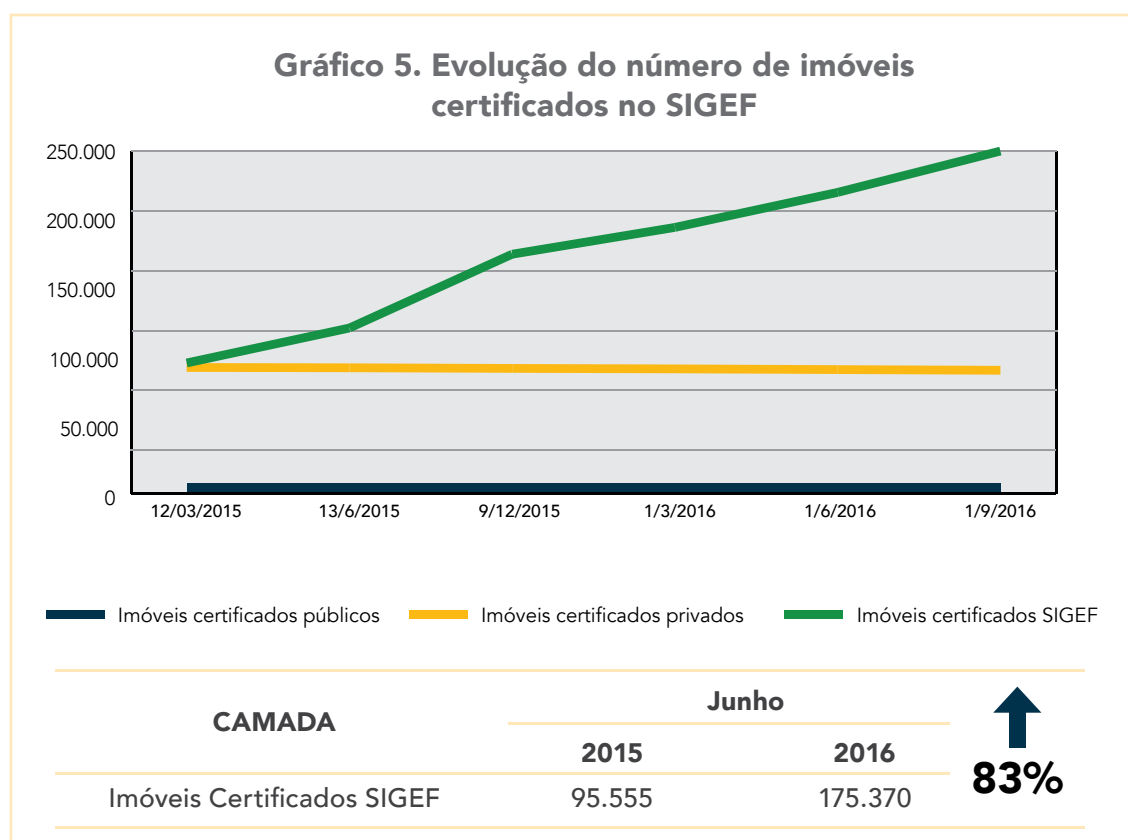


Fonte: IBGE. Elaboração: ICNA.

# GESTÃO TERRITORIAL

## AUMENTA O NÚMERO DE IMÓVEIS CERTIFICADOS EM 2016

No período entre março de 2015 e setembro de 2016, houve aumento na certificação de imóveis na plataforma do Sistema de Gestão Fundiária do INCRA – SIGEF, o que mostra a preocupação do produtor rural em regularizar as suas áreas.

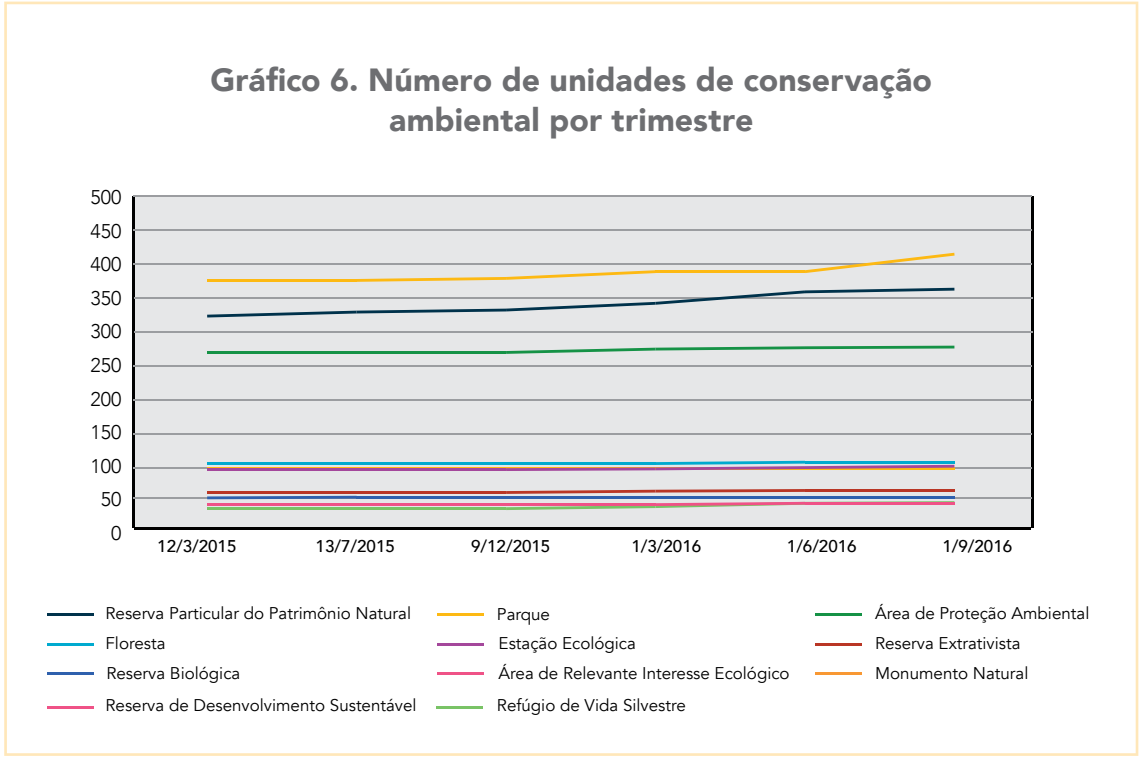


A redução do número de Imóveis Certificados Privados ocorreu devido à migração destes imóveis para a base de dados do SIGEF. Já a redução do número de Assentamentos de Reforma Agrária ocorreu devido à redução de inconsistências de duplicidade na base de dados.

## RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL APRESENTARAM MAIOR AUMENTO

Com relação às Unidades de Conservação, as UCs com aumento mais expressivo foram as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, o que mostra o interesse

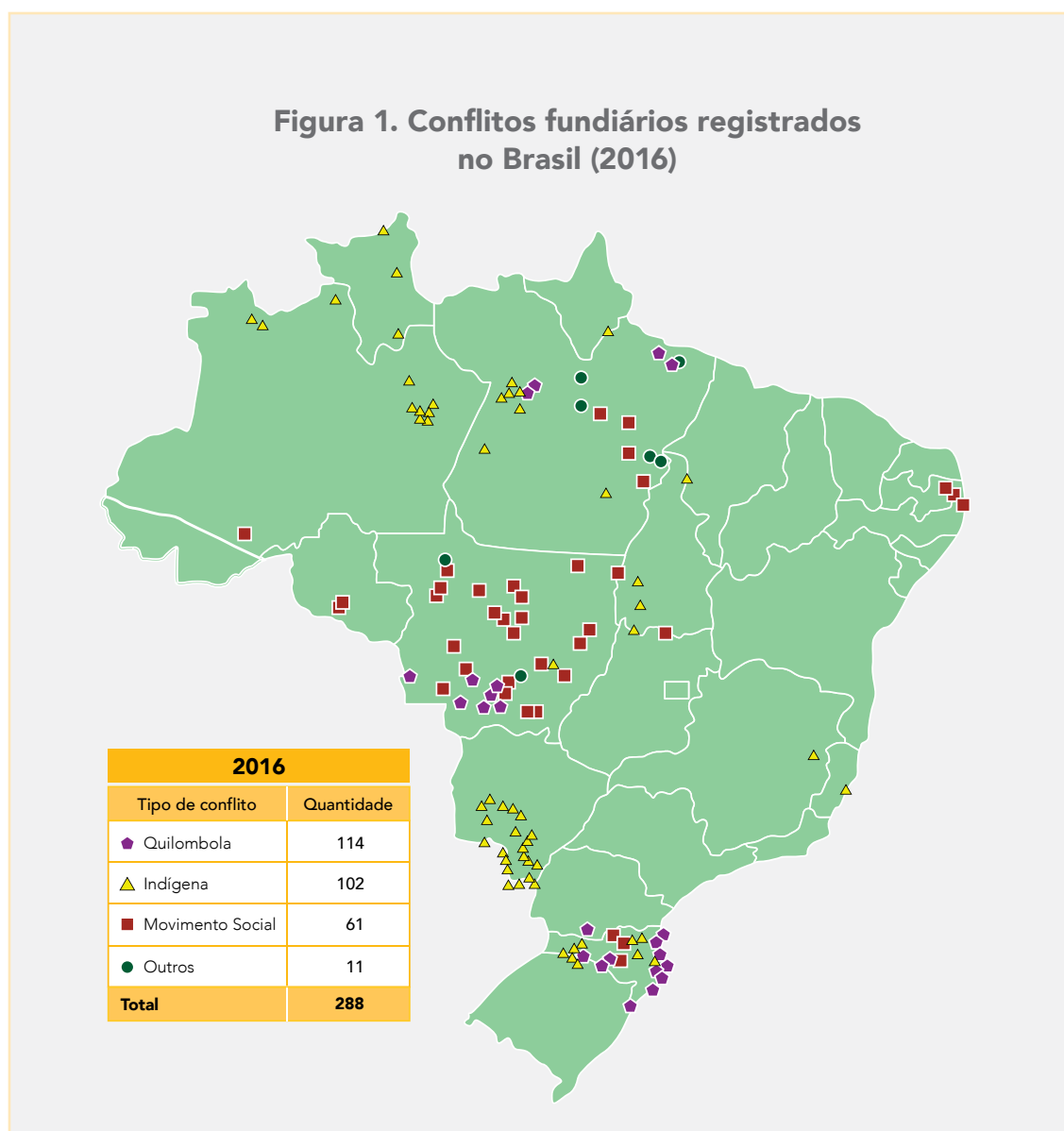
particular em proteger o patrimônio natural. A quantidade de UCs Públicas não apresentou aumento expressivo.



# CONFLITOS FUNDIÁRIOS

## 288 CONFLITOS FUNDIÁRIOS REGISTRADOS NO BRASIL EM 2016

Até outubro de 2016 foram registrados 288 conflitos fundiários envolvendo os seguintes grupos: indígenas, quilombolas, movimentos sociais e outros. Desse total, 114 (39,6%) foram provocados por grupos de quilombolas, 102 (35,4%) contou com a participação de grupos indígenas e, por fim, 72 (25%) envolveu o movimentos sociais e outros grupos.



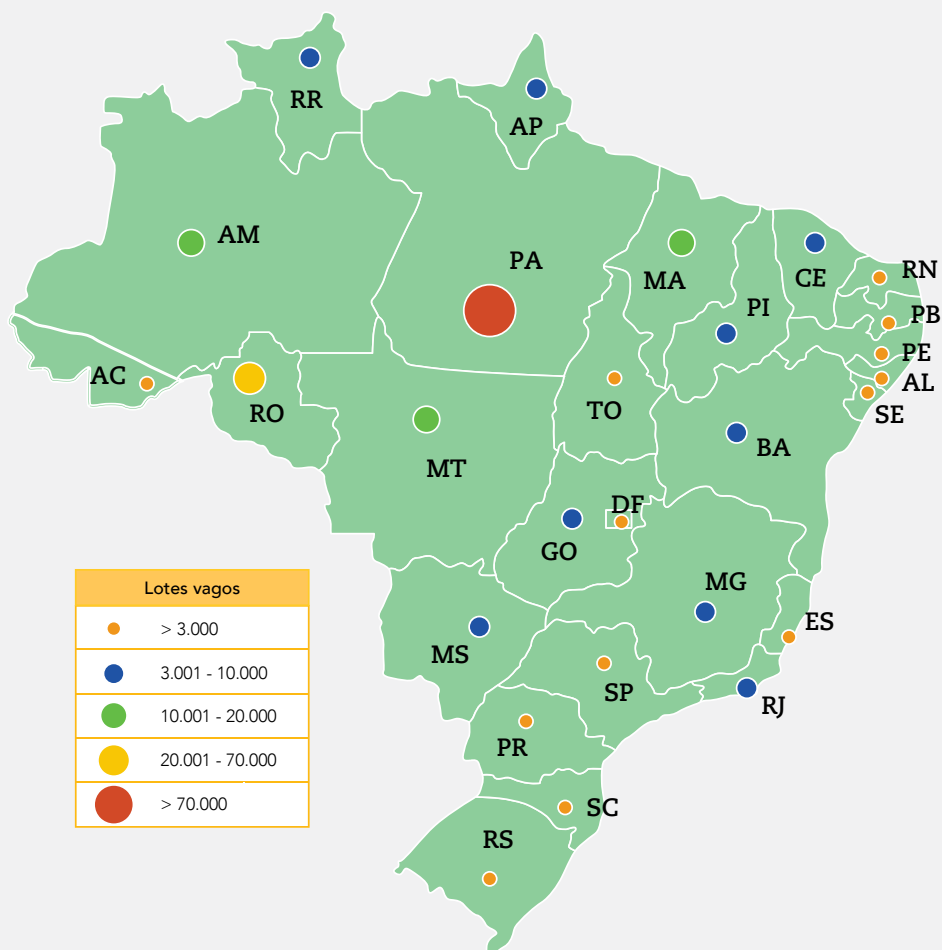
# REFORMA AGRÁRIA

## SOBRAM TERRAS PARA A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Os números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (NCRA) mostram que, em 2015, o País possuía 9.335 áreas destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ocupando área superior a 88 milhões de hectares, divididos 1.178.891 lotes, e atendendo a 971.788 famílias.

A área total destinada ao PNRA representa aproximadamente 10% do território nacional ou 38% da área de produção agrícola, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

**Figura 2. Lotes vagos em assentamentos de reforma agrária por Unidade da Federação**



O estudo concluiu que não há a necessidade de desapropriação de novas terras no Brasil para realização de reforma agrária, uma vez que existem 207 mil lotes vazios, número suficiente para atender a demanda estimada pelos movimentos sociais. Assim, cabe ao Estado organizar a correta distribuição das áreas, dedicando esforço maior nas políticas e metodologias para fixar essas famílias no campo e evitar assim, um novo êxodo rural.

## **INOVAÇÃO**

---

### **BASE DE DADOS DO AGRONEGÓCIO – BDAGRO**

#### **INTELIGÊNCIA COMPETITIVA NA GESTÃO DE DADOS**

A BDAGRO é uma ferramenta de consulta e pesquisa cujo objetivo é a disseminação de informações voltadas à inteligência competitiva do agronegócio.

Nesta ferramenta serão reunidas informações, sejam elas espaciais, tabulares, textos, imagens, vídeos, etc relacionadas ao agronegócio, permitindo a integração, pesquisa, consultas e análises de diversas bases de dados existentes no sistema CNA/SENAR/ Instituto CNA, com segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade. Isto propiciará mais e mais conhecimento definindo um arcabouço de informações relevantes de interesse do Agronegócio.

## **PROTOCOLOS DE RASTREABILIDADE**

---

### **PRODUTOR RURAL RECEBE BONIFICAÇÃO PELOS ANIMAIS CERTIFICADOS NOS PROTOCOLOS DE RASTREABILIDADE**

Em 2016, a CNA e a Embrapa Gado de Corte firmaram Acordo de Cooperação para desenvolvimento do Sistema Gestor dos Protocolos de Rastreabilidade de Adesão Voluntária. Esta ferramenta proporciona controle dos processos de produção de carnes desde a fazenda até o frigorífico.

O Instituto CNA disponibilizou aos produtores rurais 6 (seis) protocolos de rastreabilidade para raças bovinas, sendo firmados 2 (dois) novos Acordos de Cooperação. Além

dos protocolos das raças Angus, Hereford, Braford e Nelore Natural, foram disponibilizados os protocolos desenvolvidos com a Associação Brasileira de Criadores de Charolês (– ABCC) e com a Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Wagyu (ABCBRW), denominados protocolo Carne Charolês Certificada e protocolo Carne Wagyu Certificada.

Também em 2016, durante a Expointer, realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, foram assinadas três Cartas de Intenção para desenvolvimento de protocolos de raças com a Associação Brasileira de Criadores de Devon (ABCD), Associação Brasileira de Criadores de Limousin (ABL) e a Associação Brasileira de Criadores das raças Simental e Simbrasil (ABCRSS). □



**CONTRIBUIÇÃO  
SINDICAL CNA 2017**

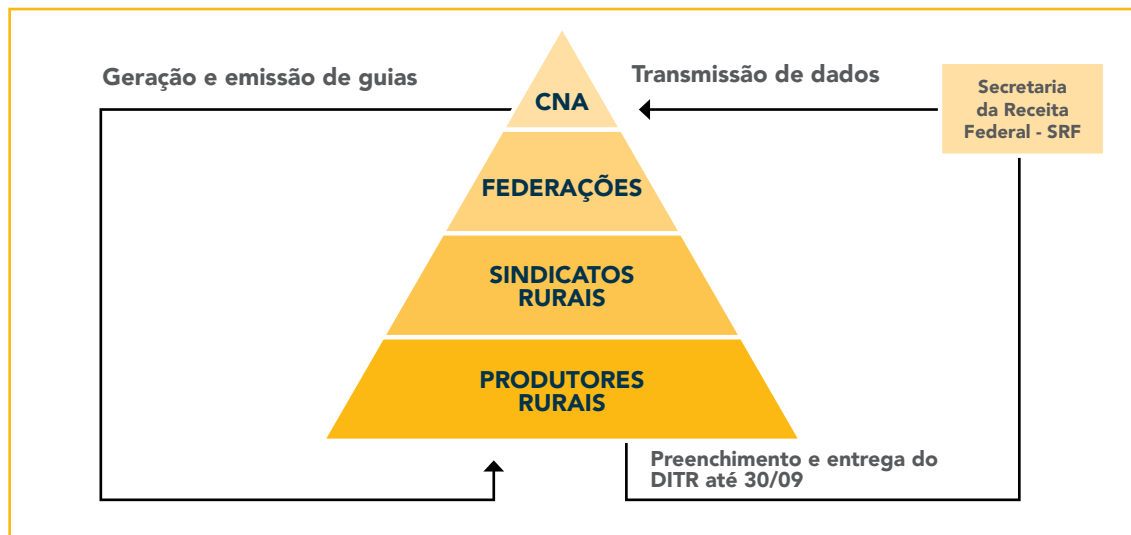
**25**

## O que é a Contribuição Sindical?

A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da categoria ou profissão (artigos 578 a 591 da CLT). De acordo com o previsto no artigo 149 da Constituição Federal, essa contribuição tem caráter tributário, sendo, portanto, obrigatória independentemente de o contribuinte ser ou não filiado a sindicato.

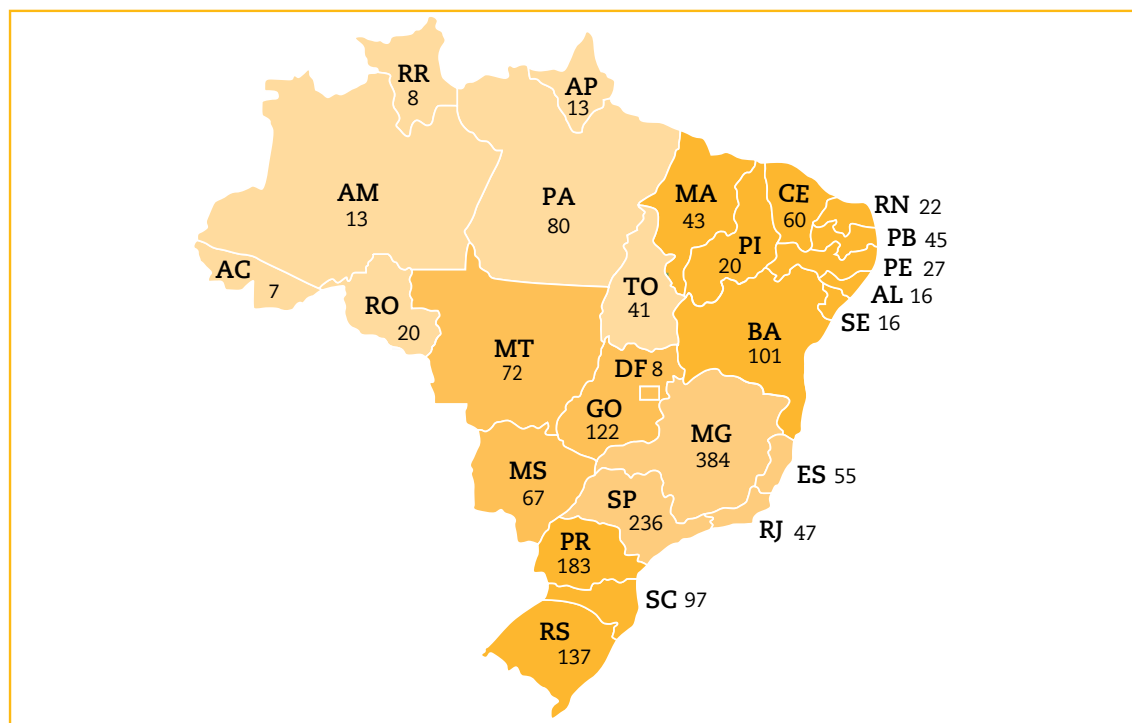
## Sistema Sindical Rural

É o Sistema que defende, trabalha e fala em seu nome e de todos os produtores rurais do Brasil. Constituído de forma piramidal, tem em sua base 1.940 Sindicatos Rurais e 1.117 extensões de base, segundo dados do Departamento Sindical – DE-SIN em 31/10/2016.



Esses sindicatos são representados por 27 federações estaduais, que têm na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a sua representação máxima. Criada por meio do Decreto-Lei n.º 53.516, de 31 de janeiro de 1964, a entidade é a legítima representante do setor rural brasileiro. Essa estrutura garante a presença do Sistema CNA em qualquer ponto do País.

Assim como a CNA, as Federações atuam em seus Estados estimulando o fortalecimento do sindicalismo rural, enquanto os sindicatos desenvolvem ações diretas de apoio ao produtor rural, buscando soluções para os problemas locais de forma associativa. Como líder do Sistema, a CNA é reconhecida como única representante da categoria legalmente constituída. Abaixo demonstramos a quantidade de Sindicatos por Estado:



## Legitimidade Ativa

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA tem legitimidade ativa para a cobrança da contribuição sindical rural, por força da Súmula nº 396 do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Devido ao convênio celebrado entre a Receita Federal e a Confederação, a CNA passou a exercer a função de arrecadadora da contribuição sindical rural.

De acordo com o artigo 589 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o montante de arrecadação deverá ser partilhado entre as diversas entidades sindicais. Assim, Sindicatos, Federações e a Confederação têm legitimidade para a cobrança.

A contribuição sindical rural é obrigatória e continua a ser exigida do contribuinte por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT, sendo que a Secretaria da Receita Federal não administra a referida contribuição, não tendo, conseqüentemente, legitimidade para a sua cobrança.

## Objetivos e Funcionamento

O principal objetivo do sistema sindical rural é a defesa dos seus direitos, reivindicações e interesses, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. O Sistema CNA trabalha inspirado em cinco princípios básicos:

- solidariedade social,
- livre iniciativa,
- direito de propriedade,
- economia de mercado e
- interesses do País.

## Origem dos Recursos

O sistema sindical rural é suprido por duas fontes de recursos que proporcionam as necessárias condições para atuar em nome dos produtores rurais, defendendo seus interesses e reivindicações. A mais expressiva delas é a contribuição sindical, obrigatória, cobrada diretamente pelo sistema por intermédio da CNA, como estabelece a CLT.

A segunda forma de contribuição são as mensalidades espontâneas dos associados aos sindicatos rurais.

## Quem paga a Contribuição Sindical Rural?

Esta contribuição existe desde 1943 e é cobrada de todos os produtores rurais - pessoa física ou jurídica – conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei 9701, de 18 de novembro de 1998:

*Art. 5º - O art. 1º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 1º - Para efeito da cobrança da contribuição sindical rural prevista nos arts. 149 da Constituição Federal e 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se:*

*II- empresário ou empregador rural:*

*a) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural;*

*b) quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região;*

*c) os proprietários rurais de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região.*

## Cálculo da Contribuição

O cálculo da contribuição sindical rural é efetuado com base nas informações prestadas pelo proprietário rural ao Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (CAFIR), administrado pela Secretaria da Receita Federal.

O inciso II do artigo 17 da Lei nº 9.393/96 autoriza a celebração de convênio entre a SRF e a CNA com o objetivo de fornecimento dos dados necessários à cobrança da contribuição sindical rural.

Assim, nos termos da Instrução Normativa nº 20, de 17/02/98, que disciplina o procedimento de fornecimento de dados da SRF a órgãos e entidades que detenham competência para cobrar e fiscalizar impostos, taxas e contribuições instituídas pelo poder público, foi firmado o respectivo convênio entre a União - por intermédio da SRF - e a CNA, publicado no Diário Oficial da União de 21/05/98.

O cálculo do valor da contribuição sindical rural deve observar as distinções de base de cálculo para os contribuintes pessoas físicas e jurídicas, definidas no § 1º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1.166/71:

### 1º Pessoa física

A Contribuição é calculada com base no Valor da Terra Nua Tributável (VTNt) da propriedade, constante no cadastro da Secretaria da Receita Federal, utilizado para lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

### 2º Pessoa jurídica

A Contribuição é calculada com base na Parcela do Capital Social – PCS, atribuída ao imóvel.

## Valor do Pagamento

Desde o exercício de 1998, está sendo lançada uma única guia por contribuinte, contemplando todos os imóveis de sua propriedade declarados à Receita Federal.

Para a pessoa jurídica, o valor base para o cálculo corresponde à soma das parcelas do capital social. Para a pessoa física, o valor base para o cálculo corresponde à soma das parcelas do VTN tributável de todos os seus imóveis rurais no País, conforme declaração feita pelo próprio produtor à Secretaria da Receita Federal.

Com base na tabela a seguir é possível calcular o valor que o produtor rural irá pagar de contribuição sindical rural, conforme o inciso III do artigo 580 da CLT, com redação dada pela Lei n.º 7.047/82:

Base: R\$ 58,33 - CLT Art. 580 § 3º

<b>Tabela para cálculo da contribuição sindical rural vigente a partir de 1º de janeiro de 2017:</b>			
<b>LINHA</b>	<b>Classe de Capital Social ou Valor da Terra Nua Tributável (VTNt) (em R\$)</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Parcela a adicionar (em R\$)</b>
1	Até 4.373,75	Contr. mínima R\$ 34,99	–
2	de 4.373,76 a 8.749,50	0,8%	–
3	de 8.749,51 a 87.495,00	0,2%	52,50
4	de 87.495,01 a 8.749.500,00	0,1%	140,00
5	de 8.749.500,01 a 46.664.000,00	0,02%	7.139,60
6	acima de 46.664.000,00	Contr. máxima	16.472,40

Considerando a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), no período de setembro/15 a agosto/16, a tabela foi corrigida em **9,23%**.

#### **Veja abaixo exemplos de cálculos:**

- Cálculo simplificado (utilizando a parcela adicionar)

Tomamos como exemplo o valor do capital social - PCS ou da terra nua tributável - VTNt dos imóveis declarados pelo contribuinte: R\$ 100.000,00

Nesse caso, aplicando o valor na tabela, utilizaremos a quarta linha para cálculo da contribuição sindical rural, veja como:

Valor da CSR=Valor do capital social ou VTNt x alíquota + parcela adicional

Calculando: R\$ 100.000,00 x 0,1% + R\$ 140,00 = **R\$ 240,00.**

- Cálculo progressivo

Com a tabela progressiva, o valor da contribuição corresponde à soma da aplicação das alíquotas sobre a parcela do capital social/VTN tributável, distribuído em cada classe.

Utilizando o exemplo anterior, abaixo aplicamos o cálculo progressivo:

<b>LINHA</b>	<b>Classe de Capital Social ou Valor da Terra Nua Tributável (VTNt) (em R\$)</b>	<b>Parcela dos R\$100.000,00 que se enquadra em cada faixa</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Valor da Contribuição de cada classe (em R\$)</b>
2	até 8.749,50	R\$ 8.749,50	0,8%	70,00
3	de 8.749,51 a 87.495,00	R\$ 78.745,50	0,2%	157,49
4	de 87.495,01 a 8.749.500,00	R\$ 12.505,00	0,1%	12,51
<b>Valor Total do Capital ou VTNt</b>		<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>-</b>	<b>240,00</b>

Nos cálculos exemplificados, o valor encontrado da contribuição sindical rural, a ser pago pelo contribuinte, é o mesmo. Portanto, a parcela adicional constante da tabela visa apenas simplificar o cálculo da contribuição.

## Quem Cobra?

Até o exercício de 1996, a cobrança era de competência da Secretaria da Receita Federal, juntamente com a do ITR (Imposto Territorial Rural).

A partir de 1997, com a publicação da Lei nº 8.847/94, quem faz a cobrança é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representante do sistema sindical rural.

## Como e Quando Pagar?

A CNA envia ao produtor rural uma guia bancária, já preenchida, com o valor da sua contribuição sindical rural de **2017**. Até a data do vencimento, poderá pagá-la em qualquer agência bancária. Depois dessa data, deverá procurar uma das agências do Banco do Brasil para fazer o pagamento da sua contribuição, no prazo máximo de até 90 dias após o vencimento, sendo o valor acrescido dos encargos legais. Para as **pessoas jurídicas**, o vencimento é **31/01/2017** e, para pessoas físicas, em **22/05/2017**.

## Destino da Arrecadação

Os recursos arrecadados, retirados os custos da cobrança, são distribuídos conforme estabelece o artigo 589 da CLT, segundo a tabela abaixo:

Distribuição/Entidade	%
Ministério do Trabalho	20
Sindicato Rural	60
Federação de Agricultura do Estado	15
CNA	5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Quando os recursos arrecadados se referem a imóveis localizados em Municípios onde não existe sindicato rural organizado ou extensão de base, os recursos são assim distribuídos:

Distribuição/Entidade	%
Ministério do Trabalho	20
Federação de Agricultura do Estado	60
CNA	20
<b>Total</b>	<b>100</b>

## Impugnação

Caso não haja concordância com os dados lançados na guia da contribuição sindical rural, as impugnações deverão ser endereçadas até a data do vencimento, aos cuidados do Departamento de Arrecadação e Cadastro, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (SGAN Q. 601 Bloco K Edifício Antônio Ernesto de Salvo – Brasília/DF CEP -70.830-021), ou pelo e-mail [cna@cna.org.br](mailto:cna@cna.org.br) e ainda para a Federação do Estado.

Atenção! Impugnações que forem encaminhadas fora do prazo descrito acima, mesmo quando dadas como procedentes, podem ocasionar a geração de nova guia para recolhimento com a incidência dos encargos previstos em Lei. Esclarecemos que a CNA não retira juros e multas de contribuições em atraso, os valores advindos desses encargos são integralmente repassados aos sindicatos.



## Pagamento Parcelado

A contribuição sindical não pode ser parcelada por força do que dispõe o artigo 580 da CLT, que determina o recolhimento da contribuição sindical uma única vez, anualmente.

### Correção e Alteração de Informações do Proprietário ou do Imóvel:

Em caso de solicitação de alteração cadastral, o proprietário rural deverá protocolar o pedido junto ao Sindicato Rural do seu Município, ou à Federação da Agricultura do Estado ou na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), endereçando o requerimento, em qualquer das hipóteses, à CNA, juntamente com a documentação comprobatória: escritura pública de compra e venda devidamente registrada no cartório de imóveis ou cópia da Declaração do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural).

#### GARTILHA CSR 2017

##### CONTATOS FEDERAÇÕES ATUALIZADOS

UF	E-MAIL	TELEFONES		
AC	arrecadacaocr@faeac.org.br	(68) 3224-1797	(68) 9985-6246	
AL	carla@faeal.org.br	(82) 3217-9803	(82) 3217-9824	(82) 3217-9825
AP	federacao_ap@hotmail.com	(96) 3242-1049	(96) 3242-1055	(96) 3242-2595
AM	depsind@faea.org.br	(92) 3198-8402	(92) 3198-8400	
BA	uga.ba@faeb.org.br	(71) 3415-7100		
CE	cobrancacsr@faec.org.br	(85) 3535-8027		
DF	arrecadacao.fapedf@terra.com.br	(61) 3242-9600		
ES	arrecadacaocr@faes.org.br	(27) 3185-9208		
GO	cscr@faeg.com.br	(62) 3096-2200		
MA	lourival.2@hotmail.com arrecadacaofaema@senar-ma.org.br	(98) 3311-3162	(98) 3232-4452	(98) 98147-7644
MT	arrecadacao@famato.org.br	(65) 3928-4479		
MS	uac@famasul.com.br	(67) 3320-9700	(67) 3320-9717	
MG	cadastro@faemg.org.br	(31) 3074-3070		
PA	ugapara@faepanet.com.br	(91) 4008-5353	(91) 4008-5321	(91) 4008-5395
PB	sindical@faepapb.com.br	(83) 3048-6050	(83) 3048-6057	
PR	superintendencia-adm-fin@faep.com.br	(41) 2169-7911	(41) 2169-7944	

## CARTILHA CSR 2017

### CONTATOS FEDERAÇÕES ATUALIZADOS

UF	E-MAIL	TELEFONES		
PE	faepe@faepe.com.br	(81) 3312-8500		
PI	mairla.faeppi@yahoo.com.br	(86) 3221-6666		
RJ	sindical@faerj.com.br	(21) 3380-9500		
RN	uga@senarn.com.br	(84) 3342-0200		
RS	sindical@farsul.org.br	(51) 3214-4400		
RO	faperon@enter-net.com.br	(69) 3223-2403		
RR	fernanda.oliveira@faerr-senar.com.br	(95) 3623-0838	(95) 3623-0839	(95) 3224-7105
SC	uga-sc@faesc.com.br	(48) 3331-9700		
SP	contribuicaosindical@faespsenar.com.br	(11) 3121-7233	(11) 3152-1333	
SE	faese@infonet.com.br	(79) 3211-3264		
TO	hanna@faetrural.com.br	(63) 3219-9255	(63) 3219-9254	

### Não Recebimento da Guia

O proprietário de imóvel rural que, por qualquer motivo, não receber a guia de recolhimento do exercício, deve procurar o Sindicato Rural do Município ou a Federação da Agricultura do Estado munido da cópia do Documento de Informação e Apuração do Imposto Territorial Rural (DIAT), a fim de que sejam adotadas as providências para a emissão de nova guia, ou retirar a 2ª via pelo site **www.cnabrazil.org.br**.

### Segunda Via pela Internet

Desde 2010, a CNA disponibilizou pela internet no endereço eletrônico **www.cnabrazil.org.br**, no link **SERVIÇOS PARA O PRODUTOR**, a emissão de 2ª via da guia da contribuição sindical rural.

Essa ferramenta visa simplificar para o contribuinte a retirada da guia da CSR com segurança e rapidez.

A 2ª via retirada após a data do vencimento será acrescida de encargos legais.

## Certidão e Declaração negativa de débitos

O contribuinte tem à sua disposição, no site **www.cnabrasil.org.br**, a comprovação das quitações da Contribuição Sindical Rural por meio da certidão ou declaração negativa de débitos.

Detalhamento das opções:

**Certidão Negativa de Débito da CSR** - Essa opção está disponível para aqueles proprietários cujas contribuições dos últimos cinco exercícios estejam quitadas.

**Declaração Negativa de Débito da CSR** - Essa opção serve para comprovar exercícios pagos, mesmo que não estejam com a totalidade dos últimos cinco exercícios quitados.

Para tal, é necessário que o proprietário informe o seu CPF ou CNPJ e o número do imóvel (SRF) de sua propriedade, constante na guia de recolhimento da contribuição sindical rural.

## Inadimplência e Penalidades

As penalidades aplicáveis aos casos de não pagamento estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que são:

Não pagamento:

O sistema sindical rural promoverá a cobrança judicial. Sem o comprovante de pagamento da contribuição sindical rural, o produtor rural pessoa física ou jurídica:

I - não poderá participar de processo licitatório;

II - não obterá registro ou licença para funcionamento ou renovação de atividades para os estabelecimentos agropecuários;

III - a não observância deste procedimento pode, inclusive, acarretar, de pleno direito, a nulidade dos atos praticados, nos itens I e II, conforme artigo 608 da CLT.

### Pagamento com atraso:

Se o pagamento for feito após a data de vencimento, haverá incidência de multa de 10%, nos primeiros 30 dias, mais um adicional de 2% por mês subsequente de atraso, juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária, conforme prevê o artigo 600 da CLT.

Dessa forma, a CNA não possui competência para reduzir ou retirar esses encargos, por tratar-se de tributo parafiscal, instituído pela União, necessitando de autorização legal, cabendo à Confederação somente a arrecadação do tributo.

## Uso dos Recursos

O total arrecadado pela contribuição sindical rural é aplicado na prestação de serviços aos produtores rurais em todo o País. A verdadeira representação de classe exige uma estrutura forte e ágil. Nestes tempos de globalização da economia, além de atuar junto às lideranças políticas locais, estaduais e nacionais, é preciso conquistar o respeito do mercado internacional. Só uma representação constituída de forma eficiente poderá concretizar as reivindicações do setor rural.

A CNA, as Federações da Agricultura dos Estados e os Sindicatos Rurais expressam e defendem as reivindicações do setor, participando de debates, comissões, acordos e convenções coletivas de trabalho, reuniões e outros foros de decisão. Além disso, o sistema sindical rural é o canal indispensável para a transferência de informações sobre os principais assuntos do dia-a-dia do produtor rural, como atualização da legislação agrícola e agrária, cotações nacionais e internacionais, orientação sobre reforma agrária e desapropriações, esclarecimentos de caráter jurídico, trabalhista, previdenciário e outros.

Por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o sistema sindical rural capacita e treina o pequeno produtor e o trabalhador rural. Desde 1993, o SENAR já capacitou mais de 60 milhões de trabalhadores do campo em todo o Brasil.

## Comissões Nacionais

A CNA mantém à disposição dos produtores rurais 19 Comissões Nacionais e quatro Grupos Técnicos, organizados para debater propostas dos principais segmentos ligados a agropecuária brasileira. As Comissões e os GTs são constituídos por líderes identificados pelos produtores que conhecem e vivenciam os desafios do setor, são eles:

- Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas
- Comissão Nacional do Café
- Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar
- Comissão Nacional de Fruticultura
- Comissão Nacional de Hortaliças e Flores
- Comissão Nacional de Silvicultura
- Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte
- Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite

- Comissão Nacional de Aves e Suínos
- Comissão Nacional da Pesca
- Comissão Nacional de Aquicultura
- Comissão Nacional de Ovinos e Caprinos
- Comissão Nacional de Política Agrícola
- Comissão Nacional de Meio Ambiente
- Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais
- Comissão da Região Nordeste do Brasil
- Comissão Nacional de Assuntos Fundiários
- Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura
- Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social
- Grupo Técnico de Defesa Sanitária
- Grupo Técnico de Fitossanidade
- Grupo Técnico de Tecnologia
- Grupo Técnico Econômico

## **Representação de Classe**

A independência entre a estrutura sindical dos produtores rurais e o governo abre um espaço propício ao diálogo na busca de respostas para os problemas do setor rural. Entre outros organismos, públicos e privados, a CNA representa a classe produtora junto ao:

### **Conselho do MEC**

- Conselho Nacional de Educação

### **Conselho EMBRAPA**

- Conselho Assessor Nacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

### **Conselho FIESP**

- Conselho Superior de Comércio Exterior

## **Conselhos MAPA**

- Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC
- Conselho do Agronegócio – CONSAGRO
- Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA

## **Conselhos MCTI**

- Conselho Consultivo do Campus Tecnológico Regional para o Nordeste
- Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- Conselho Técnico Científico do Instituto Nacional do Semiárido

## **Conselho Ministério da Fazenda**

- Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP
- Conselho Nacional de Previdência

## **Conselho Ministério da Saúde**

- Conselho Nacional da Saúde

## **Conselhos MMA**

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
- Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

## **Conselho MDSA**

- Conselho de Recursos do Seguro Social

## **Conselho MPA**

- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE

## Conselhos MTB

- Conselho Curador da Fundacentro
- Conselho de Relações do Trabalho
- Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional
- Conselho Nacional de Imigração

## Conselhos Presidência da República

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
- Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

## Conselhos SEBRAE

- Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- Conselho Fiscal do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

## Conselho SUFRAMA

- Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus

## Conselhos SUDAM

- Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

## Conselho SUDENE

- Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

## Conselho UFRRJ

- Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## CÂMARAS

### Câmaras Setoriais MAPA

- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Algodão e Derivados
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Equideocultura
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e Alcool
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos das Abelhas
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco



## **Câmaras Temáticas MAPA**

- Câmara Temática da Agricultura Orgânica
- Câmara Temática da Lei Plurianual Agrícola
- Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação
- Câmara Temática de Crédito, Comercialização e Seguro do Agronegócio
- Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio
- Câmara Temática de Insumos Agropecuários
- Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacional
- Câmara Temática do Cooperativismo Agropecuário

## **Câmaras MMA**

- Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas
- Câmara Técnica sobre Espécies Exóticas Invasoras do CONABIO

## **Câmara MDSA**

- Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos do Seguro Social

## **Câmara MTB**

- Câmara Setorial de Portuários do Fórum Nacional do Trabalho
- Câmara Bipartite dos Empregadores – CRT/MT

## **COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, GRUPOS DE TRABALHO E OUTROS**

### **Agenda Nacional MTB**

- Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)

## **Comissão INMETRO**

- Comissão Técnica do Programa de Avaliação da Conformidade para Cachaça

## **Comissões MAPA**

- Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão
- Comissão Consultiva de Agentes do PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
- Comissão de Saúde Animal do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul
- Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária
- Comissão Nacional da Produção Integrada Agropecuária
- Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras
- Comissão Técnica da Produção Integrada da Carne Bovina Agropecuária
- Comissão Técnica da Produção Integrada do Café
- Comissão Técnica Nacional da Cadeia Pecuária
- Comissão Técnica para Estudos e Proposição de Norma Técnica Específica de Boas Práticas Agropecuárias para Bovinos e Bubalinos de Corte

## **Comissões MMA**

- Comissão Brasileira para o Programa o Homem e a Biosfera
- Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
- Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS
- Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO
- Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD
- Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER

## **Comissões MTB**

- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti
- Comissão Permanente da NR 32 – Segurança e Saúde nos Serviços de Saúde
- Comissão Permanente Nacional Aquaviária
- Comissão Permanente Nacional Portuária
- Comissão Permanente Nacional Rural
- Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e Tratamento, de Gênero e Raça no Trabalho

- Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
- Comissão Tripartite de Relações Internacionais
- Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador
- Comissão Tripartite Paritária Permanente
- Comissão Tripartite para Análise da Recomendação nº 200 da OIT, sobre HIV/Aids no Local de Trabalho
- Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT NR 20)
- Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT NR 13)
- Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente

### **Comissão Presidência da República**

- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae

### **Comissões Temáticas FPA**

- Comissão de Defesa Sanitária
- Comissão de Direito de Propriedade
- Comissão de Infraestrutura e Logística – FPA
- Comissão de Meio Ambiente
- Comissão de Política Agrícola
- Comissão Trabalhista
- Frente Parlamentar da Agricultura – FPA

### **Comitês MAPA**

- Comitê de Marketing do Conselho Deliberativo da Política do Café
- Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
- Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Café
- Comitê Diretor de Promoção e *Marketing* do Café
- Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café
- Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento às Boas Práticas Agropecuárias
- Comitê Organizador da Reunião Comemorativa do Cinquentenário da OIC
- Comitê Técnico Consultivo do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos

## **COMITÊ MCTI**

- Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio

## **Comitês MMA**

- Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
- Comitê Coordenador do Projeto FAO/MMA
- Comitê Gestor Central do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do Centro-Oeste
- Comitê Gestor do Programa Mais Ambiente
- Comitê Nacional de Zonas Úmidas

## **Comitê MTB**

- Comitê Executivo da Agenda Nacional de Emprego e Trabalho Decente (ANTD)

## **Comitês Diversos**

- Comitê Assessor do Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- Comitê Brasileiro de Normalização
- Comitê Codex Alimentarius do Brasil
- Comitê de Cumprimento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
- Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Sudam

## **Fóruns MDIC**

- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados
- Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

## **Fórum Ministério dos Transportes**

- Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas

## Foruns MTB

- Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos
- Fórum Nacional das Confederações das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

## Grupos de Trabalho

- Grupo Técnico de Trabalho do Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcação Pesqueira e Infraestruturas de Desembarque do Pescado – Gtt – Embarque

## Grupos de Trabalho ANVISA

- Grupo de Trabalho de Contaminantes de Alimentos do Codex Alimentarius
- Grupo de Trabalho de Higiene de Alimentos do Codex Alimentarius

## Grupos de Trabalho INMETRO

- Grupo de Trabalho de Fiscalização e Certificação de Alimentos Importados do Codex Alimentarius
- Grupo de Trabalho para Revisar a Estratégia Brasileira de Normalização, Regimento Interno, do Comitê Brasileiro de Normalização (CBN)

## Grupos de Trabalho MAPA

- Grupo de Trabalho de Resíduos de Pesticidas do Codex Alimentarius
- Grupo de Trabalho Instrução Normativa Mapa 32/2011
- Grupo de Trabalho no Âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio do Café
- Grupo de Trabalho para Destinação de Carcaças em Estabelecimentos Rurais
- Grupo de Trabalho para Elaboração da Agenda Estratégica do Agronegócio do Café do Brasil
- Grupo de Trabalho para Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem
- Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento do Escoamento da Safra Agrícola

- Grupo de Trabalho sobre o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
- Grupo Técnico Científico sobre Manejo de Resistência de Insetos-Praga a Proteínas Isoladas de *Bacillus Thuringiensis*

## **Grupo de Trabalho Ministério da Integração Nacional**

- Grupo de Trabalho do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

## **Grupos de Trabalho MMA**

- Grupo de Trabalho do Bioma Caatinga, da Secretaria de Biodiversidades e Florestas
- Grupo de Trabalho em Biodiversidade
- Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Preservação e Restauração de Áreas de Preservação Permanente
- Grupo de Trabalho para Discussão da Proposta de Resolução que Dispõe sobre o Controle da Utilização de Produtos ou Processos para Recuperação de Ambientes Hídricos e Dá Outras Providências
- Grupo Técnico GT-05 do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos

## **Grupos de Trabalho MTB**

- Anexo 03 da NR 15
- Anexo I da NR 09
- Grupo de Apoio Permanente da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador
- Grupo de Trabalho da Norma Regulamentadora 11 – NR 11
- Grupo de Trabalho da Transição da Economia Informal para a Formalidade
- Grupo de Trabalho FAT e FGTS
- Grupo de Trabalho para Eliminação Nacional da Discriminação no Emprego e na Ocupação
- Grupo de Trabalho sobre Atualização dos Valores da Contribuição Sindical
- Grupo de Trabalho sobre o Tema da Facilitação da Transição da Economia Informal para a Formalidade
- Grupo de Trabalho Tripartite da Agenda Nacional de Trabalho Decente
- Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 04 – NR 04
- Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 24 – NR 24
- Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 12 – NR 12
- Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 31 – NR 31

- Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 20 – NR 20
- Grupo de Trabalho Tripartite Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT - NR 04
- Grupo de Trabalho Tripartite para Exame de Recomendação sobre Piso de Proteção Social
- Grupo de Trabalho Tripartite Trabalho em Altura
- Grupo de Trabalho Tripartite – NR 16 Anexo V – NR 16
- Grupo de Trabalho – Confederativo e Social
- Grupo de Trabalho – Trabalho aos Domingos e Feriados
- Grupo Interconfederativo Empregador
- Subgrupo de Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social do Mercosul
- Convenção 189 – Trabalho Doméstico
- GET – Legislação Tripartite – CTPP (Revisão da Portaria MT nº 1.127/2003)
- Grupo de Trabalho para Analisar os Instrumentos da OIT não Ratificados pelo Brasil

### **Grupo de Trabalho Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**

- Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho

### **Grupos Técnicos MAPA**

- Grupo Técnico de Resíduos de Medicamentos Veterinários do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil
- Grupo Técnico Permanente em Sanidade de Sementes

### **Grupos Técnicos MPA**

- Grupo Técnico Capacitação e Qualificação para Aquicultura
- Grupo Técnico Competitividade e Mercado
- Grupo Técnico Sanidade do Conape
- Grupo Permanente para Competitividade e Mercado – CONAPE

### **Programa EMBRAPA**

- Programa Nacional de Capacitação de Multiplicadores em Pesca e Aquicultura

## Programa MAPA

- Programas Nacionais de Manejo Integrado Lagartas e Mosca-Branca

## Programa MTB

- Programa de Alimentação do Trabalhador

Nos estados e municípios, as Federações e os sindicatos mantêm interação correspondente.

A CNA relaciona-se, ainda, com inúmeras entidades civis e cooperativas ligadas a segmentos produtores, como a Federação das Associações dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), o Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). Preside o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, integrado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB), pela Associação Brasileira de Criadores (ABC), pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), pela Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa), pelo Conselho Nacional do Café (CNC), pela União Brasileira de Avicultura (UBA) e pela União Democrática Ruralista (UDR). Coordena, também, o Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, integrado pela OCB e pela Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag).

No âmbito internacional, a entidade está associada a:

- Aliança Láctea Global (ALG)
- Cairns Group Farm Leaders
- Confederación Interamericana de Ganaderos y Agricultores (CIAGA)
- Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (COSALFA) – Opas/OMS
- Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA) – Opas/OMS
- Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP)
- Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a febre Aftosa (COSALFA)
- Federación de Asociaciones Rurales del Mercosul (FARM)
- Federación Panamericana de Lecheria (FEPALE)
- Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul (FCES)
- Fórum Mercosul da Carne
- Organização Mundial da Saúde Animal
- Oficina Permanente Internacional de la Carne (Opic)
- Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (SENALCA). □



**CONTRIBUIÇÃO  
SENAR 2017**

**26**

Com o pagamento da contribuição SENAR 2017, o Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR) obtém recursos para desenvolver ações de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, por meio de cursos, treinamentos e seminários, garantindo ao homem do campo maior qualidade de vida, integração na sociedade e pleno exercício da cidadania. Na mesma guia bancária que você recebeu para pagar a Contribuição Sindical Rural, já está incluída a Contribuição SENAR 2017.

A Contribuição SENAR 2017 incide sobre o imóvel rural foi fixada em 21% (vinte e um por cento) do valor de referência regional para cada módulo fiscal, conforme previsão do artigo 3º, inciso VII, da Lei nº 8.315/91, que remete ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.989/89, combinado com o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.146/70:

Art. 3º. Constituem rendas do Senar:

(...)

VII – contribuição prevista no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982, combinado com o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, que continuará sendo recolhida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

Não se confunde com a contribuição compulsória que incide sobre a comercialização da produção rural e/ou folha de salário recolhida por produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas.

## **ADMINISTRAÇÃO DO SENAR**

O SENAR é vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dirigido por um Conselho Tripartite, integrado por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora. Possui uma Administração Central, em Brasília. E 27 (vinte e sete) Administrações Regionais disposta em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.

## QUEM PAGA A CONTRIBUIÇÃO

A contribuição SENAR é devida apenas pelos produtores que exercem atividades rurais em imóvel sujeito ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). No entanto, face às isenções concedidas por lei, a contribuição somente é lançada para os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais:

- a. Com área entre um até três módulos fiscais, que apresentem Grau de Utilização da Terra (GUT) inferior a 30%;
- b. Com área superior a três módulos fiscais, que apresentem Grau de Utilização da Terra (GUT) inferior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração (GEE) inferior a 100%.

Obs.: Os valores considerados de GUT e GEE são retirados da Declaração do ITR do exercício.

## CÁLCULO DO PAGAMENTO

O valor da contribuição corresponde a 21% do Valor de Referência Regional (VRR), calculado para cada módulo fiscal, referente à área aproveitável do imóvel.

## A FÓRMULA DO CÁLCULO É ESTA:

Valor SENAR = Valor de Referência Regional (VRR) x 21% x Número de Módulos Fiscais

## EXEMPLO DO CÁLCULO DO SENAR - 2017

### Exemplo de Cálculo

Um imóvel no Município de Canindé/CE (localizado na 6ª região), com área total de 270,0 hectares e área aproveitável de 180 hectares:

### Modulo fiscal do Município

50,0 hectares  
(referente à área aproveitável do imóvel)

## Número de módulos fiscais do imóvel

$180 \text{ há (área aproveitável)} \div 50 \text{ (módulo fiscal do Município)} = 3,6 \text{ (módulo fiscal do imóvel)}$

## Valor Referência do Município – VRR

R\$ 41,14

(ver na tabela da contribuição SENAR)

## Valor da contribuição SENAR

$R\$ 41,14 \text{ (VRR)} \times 21\% \text{ (Lei)} \times 3,6 \text{ (módulo fiscal)}$

## Total da Contribuição SENAR

R\$ 31,10

Um imóvel no Município de Paranatinga/MT (localizado na 20ª região), com área total de 9.840,5 hectares e área aproveitável de 6.883,4 hectares:

## Módulo fiscal do Município

90,0 hectares

(referente à área aproveitável do imóvel)

## Número de módulos fiscais do imóvel

$6.883,4 \text{ ha (área aproveitável do imóvel)} \div 90 \text{ (módulo fiscal do município)} = 76,48 \text{ (módulo fiscal do imóvel)}$

## Valor Referência do Município - VRR

R\$ 45,63

(ver na tabela da contribuição SENAR)

## Valor da contribuição SENAR

R\$ 45,63 (VRR) x 21% (Lei) x 76,48 (módulo fiscal do imóvel)

## Total da Contribuição SENAR

R\$ 732,85

### Tabela de valores para contribuição SENAR – 2017

#### VALORES EM REAIS (R\$) – REGIÕES E SUB-REGIÕES (TAL COMO DEFINIDAS PELO DECRETO N° 75.679, DE 29 DE ABRIL DE 1975)

41,14	4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª E 9ª DA SEGUNDA SUB-REGIÃO, 10ª, 11ª E 12ª DA SEGUNDA SUB-REGIÃO
45,63	1ª, 2ª, 3ª E 9ª DA PRIMEIRA SUB-REGIÃO, 12ª PRIMEIRA SUB-REGIÃO, 20ª E 21ª
49,66	14ª E 17ª DA SEGUNDA SUB-REGIÃO, 18ª DA SEGUNDA SUB-REGIÃO
52,47	17ª DA PRIMEIRA SUB-REGIÃO, 18ª DA PRIMEIRA SUB-REGIÃO E 19ª
58,34	13ª, 15ª, 16ª E 22ª



Compromisso com o Brasil

**Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**

SGAN 601, Módulo K, Ed. Antônio Ernesto de Salvo  
Brasília-DF • (61) 2109-1400 • CEP: 70.830-021  
[cnabrasil.org.br](http://cnabrasil.org.br) • [canaldoprodutor.tv.br](http://canaldoprodutor.tv.br)